

CELITA ZANDONADI

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA
CRIANÇA E ADOLESCENTE :UMA
HISTÓRIA SOCIALMENTE CONSTRUÍDA**

Aprovado Pelo (S)
15/07/96

Catarina Maria Schmickler
Catarina Maria Schmickler
Sub-Chefe do Depto. de Serv. Social
CSE-UFSC

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para
obtenção do Grau de Bacharel em Serviço
Social, orientado pela Professora Geney
Mitika K. Takashima.*

Florianópolis - SC, julho de 1996

Dedico este trabalho à minha irmã Marciele e aos meus sobrinhos Gustavo e Maurício.

“Teus filhos não são teus filhos.

São filhos e filhas da Vida, anelando por si própria.

Vêm através de ti, mas não de ti, e embora estejam contigo, a ti não pertencem.

Podes dar-lhes teu amor, mas não teus pensamentos, pois que eles têm seus pensamentos próprios.

Podes abrigar seus corpos mas não suas almas.

Pois que suas almas residem na casa do amanhã, que não podes visitar sequer em seus sonhos.

Podes esforçar-te por te parecer com eles, mas não procures fazê-los semelhantes a ti, pois a vida não recua, e não retarda no ontem.

Tu és o arco do qual teus filhos, como flechas viva, são disparadas...

Que a tua inclinação, na mão do arqueiro, seja para a alegria!”

(LOPES F., 1993).

“(...) em todo o planeta terra é preciso - partindo do sentimento e da idéia de Infância - construir cultura da infância - de que a infância cidadã pode ser uma das manifestações”.

(AZEVEDO e GUERRA, 1994)

Agradecimentos

A Deus - pela força, luz e sabedoria nos momentos difíceis de inspiração e elaboração deste trabalho monográfico.

Aos meus Pais - Ermes e Celi - que muito me ajudaram nesta trajetória.

Aos meus irmãos, cunhado(as) e sobrinhos pelo carinho que me dedicam.

Às minhas primas e grandes amigas - Elis Regina e Josiane - por termos compartilhado esses quatro anos; minha eterna gratidão pela compreensão, companheirismo, sinceridade e amizade sempre presentes.

À psicóloga Sandra Regina Barreto, pela sua disposição, sabedoria, amizade e compreensão, que muito contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

À professora Geney Mitika K. Takashima, pela dedicação e disponibilidade em orientar-me, na elaboração desta monografia.

À Assistente Social Lilian Keli Rech, por ter-me supervisionado, acompanhando-me e orientando, com toda disponibilidade, compreensão, incentivo e

carinho, proporcionando, assim, um aprendizado em todos os momentos.

Aos funcionários, amigos e à equipe do S.O.S Criança, pelas experiências e pela prática compartilhada.

A Márcia Adriana Araújo, pela atenção, disponibilidade e incentivo, e por ter acreditado no meu trabalho e na minha capacidade. Amiga, você contribuiu muito para o aprimoramento deste. Lembra-se do quanto me questionou em relação à temática e a forma como eu escrevia? Valeu!

A Marileila Melloto, pela disponibilidade na digitação deste.

A Lida Zandonadi, pela assessoria em Língua Portuguesa.

E àqueles que, direta e/ou indiretamente, colaboraram na elaboração desta monografia de final de curso universitário.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I - RESGATANDO HISTORICAMENTE A INFÂNCIA	12
1.1 - QUEM É A CRIANÇA?	13
1.2 - INFÂNCIA: SEMPRE EXISTIU?	15
1.3 - CRIANÇA E VIOLÊNCIA: REALIDADE SOCIAL AINDA PRESENTE	20
CAPÍTULO II - REFLETINDO CONCEITUALMENTE SOBRE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	23
2.1 - O QUE É A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE	24
2.2 - VIOLÊNCIA: QUESTÕES CONCEITUAIS	27
2.3 - AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	32
2.4 - FORMAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE	35
2.5 - DESAFIO DOS PROFISSIONAIS NO ENFRENTAMENTO DO FENÔMENO	43
CAPÍTULO III - A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O SABER DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA	49
3.1 - RAZÃO DA PESQUISA	50
3.2. ALTERAÇÃO NO PROJETO	52
3.3 - PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	53

3.4 - DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	54
3.5 - A REALIDADE PESQUISADA EM FOCO: ANÁLISE DOS DADOS.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
SUGESTÕES	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXOS	74

Introdução

O tema Violência Doméstica reporta-se a uma realidade escamoteada em nosso cotidiano. As pessoas tendem a imaginar a violência física, aquela possível de ser visualizada, ficando, na omissão, as outras diferentes formas de violência que a criança sofre em seu ambiente doméstico.

O presente trabalho caracteriza-se como estudo conceitual, onde podemos constatar que a violência sempre existiu na humanidade, desde os tempos mais remotos. O sentimento pela criança/infância, porém, era algo inexistente. Ganham espaço e foi reconhecida como tal, somente a partir do século XVII.

Outra constatação analisada são os vestígios que a violência, hoje praticada contra crianças, guarda deste passado, particularmente sob o aspecto socio-político-econômico.

Entretanto, se a imagem propagada é de um ser dócil, bonito, frágil e encantador, porque uma abordagem tão “pesada” em relação ao ser - “criança”?

A causa situa-se no choque que vivenciamos, ao nos depararmos com o extenso número de denúncias recebidas e casos atendidos referentes à Violência Doméstica, no Programa S.O.S. Criança, no Município de Florianópolis. Percebemos a necessidade de uma pesquisa junto aos profissionais que trabalham com esta realidade social, na Divisão da Criança e do Adolescente da Prefeitura Municipal de Florianópolis. E qual a concepção destes funcionários sobre Violência Doméstica e respectivas causas e conseqüências?

A partir do contexto enunciado, entendemos que uma pesquisa só seria viável diante de um aprofundamento conceitual da temática. É mister que as pessoas saibam diferenciar o que realmente caracteriza a violência doméstica; saibam distingui-la dos conceitos comumente usados pela sociedade e saibam compreendê-la, nas dimensões pertinentes entre classes sociais e intra classes sociais.

Dessa forma, o primeiro capítulo tentará demarcar o caráter histórico da infância e a determinação social da criança, pois trata-se de um longo processo histórico para que a sociedade pensasse a criança como um ser “específico”, portador de características peculiares, merecedor de atenção e que vive uma condição particular - a “infância”, além de constituir-se num ser de direitos. Neste capítulo ainda, faremos um breve resgate acerca da violência contra a criança, pontuando alguns fatos de forma sistemática, mostrando que é um fenômeno tão presente nas gerações atuais.

O segundo capítulo apresentará as bases teórico-conceituais sobre a Violência Doméstica Contra a Criança/Adolescente, que fundamentaram a pesquisa. Neste estudo, buscamos compreender as formas, causas e conseqüências do fenômeno, bem como apontar algumas alternativas de prevenção frente à problemática.

No terceiro capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa realizada e a análise desenvolvida. Os dados coletados serão apresentados através de gráficos, acompanhados da devida interpretação.

Seguem-se, por fim, considerações e sugestões, cujo objetivo foi elaborar pontuações sobre o assunto e indicar caminhos alternativos de prevenção, bem como sugestões de trabalho quanto à temática, estudada de forma comprometida, consistente, por profissionais habilitados.

Ressaltamos que a finalidade desta monografia centra-se no aspecto preventivo da Violência Doméstica. Acreditamos que o manuseio e estudo da mesma, possa melhor instrumentalizar aqueles(as) voltados(as) para a intervenção neste sombrio contexto.

CAPÍTULO I
RESGATANDO HISTORICAMENTE A INFÂNCIA

1.1. QUEM É A CRIANÇA?

Partindo da análise feita por Luciana Ostetto, observamos que, quando se pensa em criança, é normal concebê-la como um “ser em desenvolvimento”. Desta forma, ressalta-se sua medida biológica e etária, isto é, ela é caracterizada de hábitos, seguindo determinada natureza, comum a todas as crianças.

Estas evoluem de acordo com seu desenvolvimento, na medida em que atingem idade mais avançada. A criança é, então, “o ‘vir a ser’, o futuro adulto e, por isso mesmo, é um sujeito frágil, inábil e incompleto, quando comparado ao adulto, visto como forte, hábil e completo”. (OSTETTO, 1992)

Tal idéia é baseada no “dado de maturação da espécie”. Visão empírica do que aparece, do que é visível na criança: um organismo que se desenvolve.

O aspecto natural, evidenciado no próprio corpo da criança, faz do dado biológico o elemento primeiro (e freqüentemente o único) da sua definição, encobrando o dado histórico, que só poderá ser descoberto pelo “exercício do pensamento”. (OLIVEIRA Apud OSTETTO, 1992)

Destacamos aqui, ao contrário do que poderíamos acreditar, que a visão evolucionista não faz parte somente da “consciência comum”. De acordo com Charlot, o referido modo de conceber a criança tem dominado, inclusive, o meio acadêmico que, através de práticas e teorias produzidas, tomam-na como objeto de estudo e, na maioria das vezes não consideram o seu vínculo social. Em regra, privilegiam um outro aspecto do desenvolvimento infantil predominante, o psicológico e o cognitivo.

“A consequência desta visão é uma formalização ou simplificação do conceito que se tem da criança” (Ostetto, 1992), encarando-a como um feixe de características naturais em desenvolvimento no tempo. Acaba por reduzir toda e qualquer criança a uma unidade; a essência infantil transforma o particular em universal”.(PERROTTI Apud OSTETTO, 1992)

Desta forma, enfatizando o caráter natural do desenvolvimento e desprezando fatores sociais que possam intervir no processo de crescimento, difunde um modelo único de uma criança ideal, sem corpo e rosto único, sem classe social, perdida no tempo e no espaço, ou seja, sem história.

Para esta visão,

“toda criança é igualada pelo dado biológico, considerando-se a evidência de que qualquer criança pode crescer e se tornar adulta, e o período destinado a esse crescimento, (a infância) durante a qual a criança evolui e se torna ‘verdadeiramente’ um homem, será também considerado igual para todos”. (OSTETTO, 1992).

Neste sentido, “basta o homem ser criança para ser infante”. (OLIVEIRA Apud OSTETTO, 1992)

Analisando esta questão, descobriremos que

“a infância nem sempre foi celebrada e também não acontece para todos. Veremos que infância e criança possuem um caráter histórico. Uma criança nunca é simplesmente uma criança e, sim uma certa criança, vivendo uma certa condição, num contexto definido”. (OSTETTO, 1992).

Ressaltamos, então, que “toda criança cresce, mas cada uma vive seu crescimento de um modo psicológico e social diferente”. (CHARLOT, 1986). Diante destes contrastes, a forma de viver determinará o desfrute ou não da infância, por parte de cada criança.

O que pretendemos, com essa observação inicial, é demarcar o caráter histórico da infância e a determinação social da criança.

1.2. INFÂNCIA: SEMPRE EXISTIU?

Quando consideramos o caráter histórico e social da infância e da criança, admitimos que foi necessário um longo processo histórico, para que a sociedade pensasse a criança como um “ser específico”, portador de características próprias, valorizado, merecedor de atenção e cuidados especiais. Sujeito que vive uma condição particular: a infância.

Através de leituras realizadas, percebemos que, em determinados períodos da história, não era conferido à criança valor enquanto sujeito que necessita de cuidados, com peculiaridades diferenciadas dos adultos. Acabava sendo tratada com indiferença por parte destes. Em contrapartida, em outros períodos da história, a criança gradativamente passou a ocupar um lugar privilegiado na sociedade, surgindo como alvo de preocupações e manifestações de estima, despertando a necessidade de proteção e educação, por parte dos adultos.

Estas mudanças da sociedade, no que se refere aos cuidados dispensados à criança, foram estudadas por vários pesquisadores, e é através destes que percebemos a “inexistência da criança modelar, universal, ideal, possuidora de uma natureza infantil imutável”. (OSTETTO, 1992)

Dentre os pesquisadores que se dedicaram a esta temática, citamos o historiador francês Philippe Ariés, por ter sido um dos primeiros a pautar, de forma mais sistemática, as relações: infância / sociedade.

Segundo Ariés, foi necessária uma longa evolução, para que a criança fosse considerada em sua especificidade. A partir da Idade Média, a criança passou a ser diferente do

adulto, com características e necessidades peculiares. Tal evolução pode ser acompanhada na história da arte, nos jogos e pedagogia, (características da sociedade medieval). Dos estudos destes elementos presentes no cotidiano daquela sociedade, o autor percebe a evolução daquilo que ele próprio convencionou chamar de “sentimento de infância”, ou seja, aquela atitude que revela a “consciência da particularidade infantil” (ARIÉS, 1978), que distingue a criança do adulto.

De acordo com o mesmo autor, o sentimento da infância é fenômeno dos tempos modernos, pois somente no final do século XVI, e durante o século XVII, os adultos começaram a modificar a concepção de infância.

Estes séculos representam um período de reforma social, política e econômica da sociedade européia, vivendo o final do feudalismo; um período de mudanças relevantes na vida da criança e da família.

O século XVII determina mudanças na sociedade, principalmente em relação à nova forma de produção: a manufatura, que supera o antigo modo de produção centrado na terra, com único meio de subsistência pelo mercado, onde circulava o capital.

Nesse novo modo de produção, as cidades se desenvolveram acompanhadas por várias transformações. Dá-se o nascimento da ciência moderna, da formação dos Estados Nacionais, da hostilidade à religião, da laicização dos costumes, da luta pelo direito do indivíduo, da defesa da propriedade privada, do surgimento de uma nova classe social.

Com a ascensão da burguesia, rompe-se com a estrutura aristocrática do regime feudal; passando a ganhar o poder econômico, esta conquista o poder político, ocasionando, ao século XVIII, uma nova direção da sociedade.

O impacto social da sociedade, diante destas transformações, vai se delineando e se diferenciando no contexto familiar que, ao sofrer mudanças, vai adquirindo

necessidades criadas pelo novo momento histórico. É dentro destas perspectivas sociais que se insere a valorização da criança, ocupando um lugar de destaque na família. “A criança passa a ser o centro do universo familiar”. (ORLANDI, 1985)

Do fenômeno restrito, a especificidade da criança se alarga e toma lugar na consciência coletiva da sociedade moderna, que cada vez mais dispensará atenções e cuidados, formulando práticas especiais dedicadas a ela. Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, passa a receber melhores contornos, com o modo de vida burguês, através de suas várias instâncias e instituições. A família e a escola, neste sentido, retiraram a criança da sociedade adulta, da indeterminação em que vivia, misturada aos adultos”. (ARIÉS, 1978)

Por volta do século XIX começa a se esboçar uma maior preocupação com a criança,

“ou seja, ela é descoberta como um ser autônomo, percebendo-se, com mais profundidade os seus valores, os seus sentimentos. Novas ciências, como a Psicanálise, a Pediatria e a Psicologia passaram a se dedicar aos problemas desta etapa de vida”. (GUERRA, 1985)

a tal ponto que Ariés chega a dizer que o “mundo atual é obcecado pelos problemas físicos, morais e sexuais da infância”. (ARIÉS apud GUERRA 1985)

No entanto, a era contemporânea marca uma acentuada intervenção do Estado na vida familiar. “Com a Revolução Francesa e as constituições baseadas no Código Civil de Napoleão, com a teoria da República e com o reconhecimento da cidadania do operariado, a criação e a educação dos menores - futuros cidadãos - tornou-se responsabilidade pública”. (SIMÕES apud GUERRA, 1985)

Isto vinculou as crianças ao Estado, que começou a exigir dos pais deveres e obrigações. As crianças começaram a ser vistas como pessoas, ou seja, cidadãos em formação.

“Alguns movimentos podem ser percebidos; a partir daí, a sociedade burguesa - em termos de constituição - destituição de pátrio poder”. (GUERRA, 1985)

Em um primeiro momento,

“os pais são destituídos deste poder sobre o filho, uma vez que a ele é atribuída uma existência pública desde o nascimento. Num segundo momento, o Estado devolve aos pais o poder sobre o filho, consagrando-lhes a tarefa de zelar pela educação da criança; e, num terceiro momento, o Estado pode, ainda, confiscar o pátrio poder sob diversas circunstâncias, principalmente no caso específico de serem constatadas ameaças à integridade física da criança, advindas de seus próprios pais”. (GUERRA, 1985)

No século XX, cabe ressaltar o princípio da responsabilidade dos pais pelos filhos; isto contribuiu para o início de uma mudança a respeito da visão e concepção de infância, de tentar sair da “objetalização” para a “cidadania” das crianças, enquanto pessoas com sentimentos, desejos e vontades a serem respeitados.

Na realidade brasileira, esta questão foi viabilizada e assumida publicamente em 05 de outubro de 1988, quando o Congresso Nacional incorporou, em sua Carta Magna, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que, sancionado pelo Presidente da República, tornou-se Lei 8.069, de 13 julho de 1990.

A síntese de todo o esforço realizado pela conquista dessa lei, encontra-se condensado no *caput* do artigo 227 da Constituição Federal:

“é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária; além de colocá-los a salvo de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

A nova doutrina preconiza que a ordem Jurídica deve dispor de normas capazes de assegurar, com absoluta prioridade, todos os direitos da criança e do adolescente, proporcionando-lhes proteção integral.

De acordo com Orlandi, ocorreu uma melhoria na situação da infância no decorrer dos últimos séculos, com o surgimento das teorias relacionadas ao “sentimento da infância”, da criança, das ligas de proteção à infância, juntamente com a formação e evolução do Estado Moderno. Interferindo e influenciando nas relações entre educadores e alunos, entre pais e filhos, com o auxílio de diversos profissionais que atuam diretamente nas famílias, este Estado tem contribuído para que os filhos sejam colocados no centro das relações quotidianas e familiares. Contudo, em sua maioria, as crianças continuam sobrevivendo no abandono, na miséria, sofrendo com a fome, com a falta de acesso aos serviços de atendimento às necessidades básicas, permeadas pelos atos e relações violentas, provocados pelos ditos “adultos”. Também coloca que estas transformações sofridas no seio da família, enquanto instituição social, foram acontecendo simultaneamente à modificação das concepções das crianças e adolescentes, marcadas pela não significação enquanto sujeitos de direito.

Para que pudéssemos entender melhor a questão da violência contra a criança e adolescente, foi necessário um estudo sobre a significação social da criança, desde a Idade Média até os tempos atuais. Pois a trajetória histórica nos permite considerar que, desde os tempos remotos, a criança era insignificante, desvalorizada e sem especificidade; fazendo-nos acreditar que a violência contra a criança não é um fato novo, mas presente na geração humana. Tais considerações faremos no item a seguir.

1.3. CRIANÇA E VIOLÊNCIA: REALIDADE SOCIAL AINDA PRESENTE

O estudo acerca da violência contra a criança, requer que se faça uma breve retrospectiva histórica, para que se analise a configuração do poder na família, a imagem das crianças em seu seio, de acordo com as conjunturas sócio-econômico-políticas de diferentes épocas.

Retornando ao século XVII, na Europa, podemos perceber que o poder paterno e marital era um fato concreto numa sociedade onde repousava o princípio de autoridade. Havia diversos pensadores a defender este tipo de autoridade, alguns, inclusive, sustentados pelo pensamento aristotélico ou pela própria teologia.

“Para Aristóteles, a desigualdade entre as pessoas era um fato concreto, na medida em que ele pregava que a natureza criou indivíduos para comandarem e outros para obedecerem. O homem seria o mais importante para a tarefa de comando, enquanto a mulher lhe seria inferior, e a criança, por natureza estava destinada a obedecer ao adulto. A Teologia, apoiada na Epístola de São Paulo aos Efésios e no Gênesis, defendia o primado do homem sobre a mulher, bem como relembra a lei divina que impunha aos filhos o dever de honrar seus pais” (GUERRA, 1985).

Concomitante a esta visão do poder paterno, estava a imagem da criança. Entre o século XVII e a segunda metade do século XVIII, ela era pensada como um ser imperfeito, representante do mal. A natureza infantil não tinha especificidade, nem valor. A criança deveria ser educada. Este tipo de pensar a criança impregnou a pedagogia durante certo tempo e foi o responsável pela dureza com que a criança foi tratada no seio da família e das escolas.

A criança era confrontada a uma máquina, que poderia ser mudada de acordo com um novo modelo, graças especialmente à educação. Ela não deveria expressar seus sentimentos, nem razões. Cabia-lhe obedecer mecanicamente a seus pais.

Como vimos, até o século XVII e meados do século XVIII, a vida das crianças não era fácil. As nascidas de famílias abastadas eram encaminhadas às nutrizas, permanecendo em média, quatro a cinco anos com os pais, até irem para os conventos ou colégios internos. As crianças pobres eram amamentadas também por nutrizas e muitas acabavam morrendo ou aumentando as fileiras dos despossuídos, que vagavam pelo mundo.

É possível observar, de maneira concreta, que as crianças viviam em perene estado de abandono, quer físico, quer moral. As particularidades da criança não eram significativas, sendo relegadas a um segundo plano, numa sociedade onde a autoridade paternal e marital dominava o universo familiar.

As relações dos pais com os filhos eram marcadas por indiferença, frieza e desinteresse.

“As próprias práticas adotadas nas famílias (alimento por nutrizas, ida para conventos, abandono), quando não geravam um alto índice de mortalidade infantil, expressavam o que acabamos de expor, em termos da relação mãe-criança”. (GUERRA, 1985 apud, BADINTER).

A partir da metade do século XVIII, esta situação se modificou. Inúmeras publicações incentivam a mulher ser mãe, “engendrando um mito que permaneceu vivo durante os 200 anos que se seguiram: o do instinto materno ou do amor espontâneo de toda mãe por seu filho” (GUERRA, 1985 apud BADINTER).

O amor materno passa a ser sublime, como “um valor por sua vez natural e social, favorável à espécie e à sociedade” (GUERRA 1985 apud BADINTER).

A imagem da criança, elaborada durante tanto tempo com indiferença e posteriormente resgatada, embora esse resgate não tenha passado de uma utopia, mostra-nos hoje, segundo Guerra, como é realmente concebida: A criança é um ser marginalizado, a quem atribuímos direito que não podemos cumprir.

No entanto, as crianças estiveram durante longos períodos da história expostas a todos os castigos e sanções destinados aos adultos. A história da criança tem sido também a história de um mundo de violências praticadas contra ela, embora se tenha explicações científicas que procuram correlacioná-las ao contexto sócio-econômico-político-cultural em que estas ocorrem. Nosso objetivo foi destacar fatos da temática para ilustrar que a violência contra a criança/adolescente é um fenômeno presente na trajetória da humanidade.

CAPÍTULO II
REFLETINDO CONCEITUALMENTE SOBRE A
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2.1. O QUE É A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

“A Violência Doméstica contra crianças e adolescentes foi, durante muito tempo, e ainda continua sendo um assunto - tabu no Brasil. Um assunto proibido, já que ele deixa nua uma face da instituição família, que todos gostaríamos que não existisse - a face abusiva. Já se escreveu que a família - especialmente a moderna - é proeminente em todo tipo de violência em que: (AZEVEDO e GUERRA, 1994).

Primeiro - Consta de duas desigualdades típicas: de gênero e geração, o que faz com que crianças/adolescentes, mulheres e velhos - enquanto “frágeis” dentro da hierarquia de poder familiar - sejam alvo preferencial de padrões abusivos;

Segundo - Constitui-se numa instituição privada, isolada em relação aos olhos e ouvidos do domínio público, onde a privacidade é alta e o grau de controle social costuma ser baixo;

Terceiro - Depara-se que, por força da educação e intensidade das interações quotidianas face a face, acabam destituindo limites com suas próprias fronteiras de intimidades franqueadas: forças e vulnerabilidade, gostos e desgostos, amores e medos, são “familiares” a todos os membros; então, esse conhecimento pode-se transformar em arma mútua.

“Considerando-se o fato de vivermos num país onde predomina, por um lado, uma “cultura da transgressão” e, de outro, uma “cultura de menorização e desrespeito da infância”, não é de estranhar que aquilo que chamam lar, nem sempre seja lugar seguro para crianças e adolescentes. Muito ao contrário do mito da família harmoniosa e feliz com que todos nós fomos embalados, a trágica realidade dos abusos perpetrados por pais, padrastos e/ou responsáveis, contra seus filhos, vem nos obrigando a reconhecer que, infelizmente, no Brasil, o tabu parece ser falar, e não praticar a Violência Doméstica contra a infância e juventude”. (AZEVEDO e GUERRA, 1994).

De acordo com análise de Azevedo e Guerra, numa sociedade de contrastes sociais como a nossa, podemos identificar dois tipos básicos de violência contra a infância e adolescência: Violência entre classes sociais (estrutural) e violência intra-classes sociais (intersubjetiva). No primeiro caso, encontramos, por exemplo, a reprodução social da infância pobre. No segundo caso, encontramos a reprodução social da infância vitimizada.

A violência estrutural (a qual não aprofundamos em nosso estudo, por não ser objeto deste) inerente ao modo de produção da sociedade capitalista, em particular, não é a única maneira de fabricar “crianças-vítimas”. A seu lado e, por vezes, mas não necessariamente em intersecção com ela, coexiste a violência inerente às relações intersubjetiva adulto-criança.

A história social da criança tem-se encarregado de mostrar que estas relações são de natureza assimétrica. São relações hierárquicas, adulto-cêntricas, sedimentadas no pressuposto do poder do adulto (maior idade) sobre a criança (menor idade). A Violência Doméstica, enquanto intersubjetiva, constitui uma exacerbação desse padrão. Pressupõe necessariamente o abuso, enquanto ação ou omissão de um adulto, capaz de causar dano físico ou psicológico à criança.

Enquanto violência intersubjetiva, a Violência Doméstica consiste numa forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança, de submetê-la, portanto, ao poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer seus interesses, a expectativas ou paixões deste.

A violência intersubjetiva, porém, enquanto transgressão do poder disciplinado do adulto, convertendo a diferença de idade adulto-criança/adolescente, numa desigualdade intergeracional, exigindo que a vítima seja “cúmplice”, num pacto de “silêncio”. Portanto, a criança/adolescente tem restringido não apenas sua atividade de ação e reação, como também sua palavra é cassada, passando a viver sob o estigma do medo.

Considerando que a Violência Doméstica não é um fenômeno isolado mas, sim, um processo que se prolonga às vezes por anos, a vítima passa a viver uma situação típica de estado de sítio, em que sua liberdade, enquanto pessoa, com autonomia, é inteiramente cerceada e da qual só se resgatará, via de regra, quando recuperado o poder da própria palavra, isto é, tornando pública a violência privada de que foi vítima.

Por isso mesmo, a Violência Doméstica consiste num processo de completa objetualização da criança ou do adolescente, isto é, de sua redução à condição de objeto de maus-tratos.

2.2. VIOLÊNCIA - QUESTÕES CONCEITUAIS

Azevedo e Guerra fazem crítica às terminologias que vêm sendo usadas até então, para conceituar o fenômeno da Violência Doméstica contra criança e adolescente. As autoras, no livro “A Violência Doméstica na Infância e na Adolescência”, apontam uma lista dos termos freqüentemente utilizados:

- abuso
- castigo
- disciplina
- maus tratos
- violência
- violência doméstica
- vitimização
- vitimização doméstica

Azevedo e Guerra referem que o termo *Disciplina-Castigo* é um dos mais antigos e tradicionais na educação infantil. A expressão conta apenas com a parte da verdade dos fatos, não expressando a gravidade das formas da disciplina de castigo, não contemplando ainda as agressões sexuais.

As expressões *maus tratos* e *agressão* também são consideradas impróprias, na medida em que a expressão *maus tratos* coloca o fenômeno em termos apenas morais: uma questão de bondade ou maldade individual, enquanto *agressão*, termo que tem origem na ciência psicológica, sofre limitações, por não ser específico do ser humano.

A forma *Abuso-vitimização* (com sua atribuição doméstica) compõe termos mais adequados, na medida em que designam dois pólos de uma relação interpessoal de poder: o polo adulto, mais forte (abuso) e o polo infantil, mais fraco (vitimização). Assim, esses dois termos indicam duas faces da mesma moeda e podem ser usados para designar as várias formas deste fenômeno.

Violência e Violência Doméstica “formam o campo semântico que melhor define o fenômeno, porquanto por Violência se entende imediatamente uma relação assimétrica (hierárquica) de poder com fins de dominação, exploração e opressão.” (Azevedo e Guerra, 1995). Como afirma Chauí:

“ a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior; ... a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza, pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.” (1985) χ

Os trabalhos publicados, até então, com certeza trazem luzes à compreensão do fenômeno, porém, apresentam dificuldades em relação à conceituação:

- A terminologia é utilizada de várias formas: Fala-se de maus tratos, abusos, sevícias, violências, brutalidades, etc;
- o conteúdo é composto por partes diferentes; ora incluem agressões físicas, morais, psicológicas, afetivas, ora inclui abuso sexual, negligência;
- a dimensão ativo/passiva às vezes não comparece (atos versus ausências, carências);
- o ato violento intencional, por parte do agressor, é expresso pelo termo voluntário;
- quanto à gravidade da violência, as conseqüências nem sempre ficam claras;

- alguns conceitos desagregam a especificidade do fenômeno, na dimensão em que nivelam os contextos: familiar, institucional ou outro;
- a faixa de idade também varia: 15 anos em alguns casos, 18 em outros (para a vítima);
- enfim, há definições que tomam como suporte a insatisfação das necessidades infantis (negligência).

Entendemos que as dificuldades conceituais encontradas têm, como causa o fato de as definições listadas não permitirem identificar o fenômeno da Violência Doméstica contra crianças e adolescentes de forma evidente, porque fundamentada em indicadores claros e não em termos que - ou dependem de definições legais (por exemplo, a idade da vítima), ou variam com a “sensibilidade de cada cultura” (como por exemplo, definição do que seriam necessidades infantis importantes) ou ainda podem ser mistificadas ideologicamente (quando deixam de lado agressões, como sexo, negligência, etc).

Assim, Azevedo e Guerra constroem um novo conceito de violência doméstica, que elegemos para o trabalho:

“Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.”

Elegemos o referido conceito, a partir da seguinte análise:

“- Todo ato ou omissão...” expressa que o fenômeno pode adotar forma ativa (atos) ou passiva (omissões)... praticado por pais, parentes ou responsáveis...” expressa o reconhecimento de que a violência infanto-juvenil pode ser praticada por pais (biológicos ou de afinidade) responsáveis legais (tutores que podem ser, inclusive, padrinhos, etc.) ou parentes (irmãos, avós, tios, primos, etc). Demonstra assim a sucessão ampla dos possíveis agressores. Descreve também a especificidade do fenômeno: Violência

doméstica, aquela praticada no lar, que atinge também a violência contra mulheres e idosos. Faz, portanto, uma diferenciação da violência extra-familiar.(...) contra crianças e adolescentes...” denota que são vítimas potenciais, em nossa sociedade, os menores de 18 anos (idade legal da maioridade) sejam crianças (maior ou menor de 12 anos) ou adolescentes (de 12 até 18 anos). Nega assim a idéia vigente entre alguns profissionais, por exemplo, da área da saúde - de que as vítimas seriam apenas crianças menores de um ano.(...) que, sendo capaz de causar dano físico sexual e/ou psicológico à vítima...” aponta que Violência Doméstica contra crianças e/ou adolescentes compreende a violência sexual, física e psicológica. Expressa também o reconhecimento de que o dano pode ser efetivo ou potencial capaz de, enquanto possibilidade de imposição de dano, configurar necessariamente um processo de vitimização, como “forma de aprisionar a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, de submetê-la ao poder do adulto, a fim de coagi-la a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste. (...) implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto...” expressa que este fenômeno é uma forma abusiva de autoridade e dever de proteção parental inserida na estrutura da família, enquanto instituição de socialização primal (e, essencial em nossa sociedade) das novas gerações. As diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes mostram um claro abuso do poder/dever de proteção familiar de que a infância e adolescência precisam para se desenvolverem. (...) e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento...” expressa que o fenômeno é mesmo uma violência, “consiste num processo de completa objetualização da criança ou do adolescente, isto é, de sua redução à condição de objeto de maus tratos”. (AZEVEDO e GUERRA, 1994) χ

Corroborando, neste ínterim, Chauí (1985), citada por Azevedo e Guerra, “uma relação interpessoal assimétrica de poder”, que consiste então em um pólo de dominação (pólo adulto) e, no outro, de objetualização, coisificação, submissão dos desejos do outro (pólo criança / adolescente).(In AZEVEDO e GUERRA, 1995).

Segundo Azevedo e Guerra (1995), independente da cultura e sociedade em que vivemos - a infância tem que ser vista como um *Valor Universal*, em busca de uma dupla legitimação:

Por um lado, de sua condição peculiar como ser humano, pessoa em desenvolvimento, que precisa de proteção e cuidados especiais. “Infância não é uma natureza mas uma condição concreta de existência, em qualquer parte do planeta Terra”. (AZEVEDO e GUERRA, 1995).

Sob outro aspecto, de sua condição própria como ser político e sujeito de direitos que necessita de proteção legal, enquanto cidadão de primeira classe.

2.3. CAUSAS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Azevedo e Guerra (1994) entendem a Violência Doméstica contra crianças e adolescentes como sendo um fenômeno de múltiplas causas. Utilizam-se assim de um modelo multicausal, cujo pressuposto é de que

“o abuso-vitimização físico, sexual, psicológico e a negligência, praticados contra crianças e adolescentes, decorre da interação entre vários grupos de fatores psicológicos, sócio-econômicos e culturais do pai, mãe e filho.” (AZEVEDO e GUERRA, 1994).

As autoras referem-se a um padrão abusivo de interação pai, mãe e filho, que refletem, por um lado, as experiências de socialização e, por outro, a sua posição de classe e visão de mundo.

Podem-se identificar alguns fatores predisponentes à prática da violência.

São eles¹:

⇒ ***Dificuldade em lidar com o sentimento da raiva***

A raiva, ao contrário do que se costuma pensar, é um sentimento como qualquer outro e, portanto, não deve ser considerado como bom ou mau. A dificuldades advém das pessoas não saberem como lidar com este sentimento. A tendência é descarregá-la em pessoas mais frágeis. Desta forma, é possível compreender que as crianças acabam sendo o alvo mais escolhido de pessoas que não sabem lidar com sua agressividade.

¹ As características que acabamos de mencionar foram extraídas da Apostila utilizada no programa S.O.S. Criança, nosso campo de estágio, elaborada pelas autoras Sandra Regina Barreto e Sandra Silveira (1995).

⇒ **Stress**

Desemprego, baixos salários, falta de condições de sobrevivência, o excesso de atividades ou preocupações da vida quotidiana, especialmente nos grandes centros urbanos, podem constituir um empecilho para os pais assumirem suas responsabilidades quanto à proteção da criança e do adolescente.

⇒ **Filhos não desejados, filhos portadores de deficiências.**

⇒ **Abuso de drogas e alcoolismo**

O álcool e outras drogas, em certas quantidades, podem levar à perda da autocrítica, além de desencadear comportamentos agressivos e sensibilidade exacerbada.

⇒ **Problemas psicológicos e psiquiátricos**

Em certas doenças mentais, a agressividade faz parte do quadro clínico.

⇒ **História de abuso dos pais quando crianças**

Pesquisas revelam que muitos pais que praticam agressão física contra os filhos e até mesmo abuso sexual, foram eles próprios crianças vitimizadas. Nos casos de agressão física, a violência é tida como a única forma de educar.

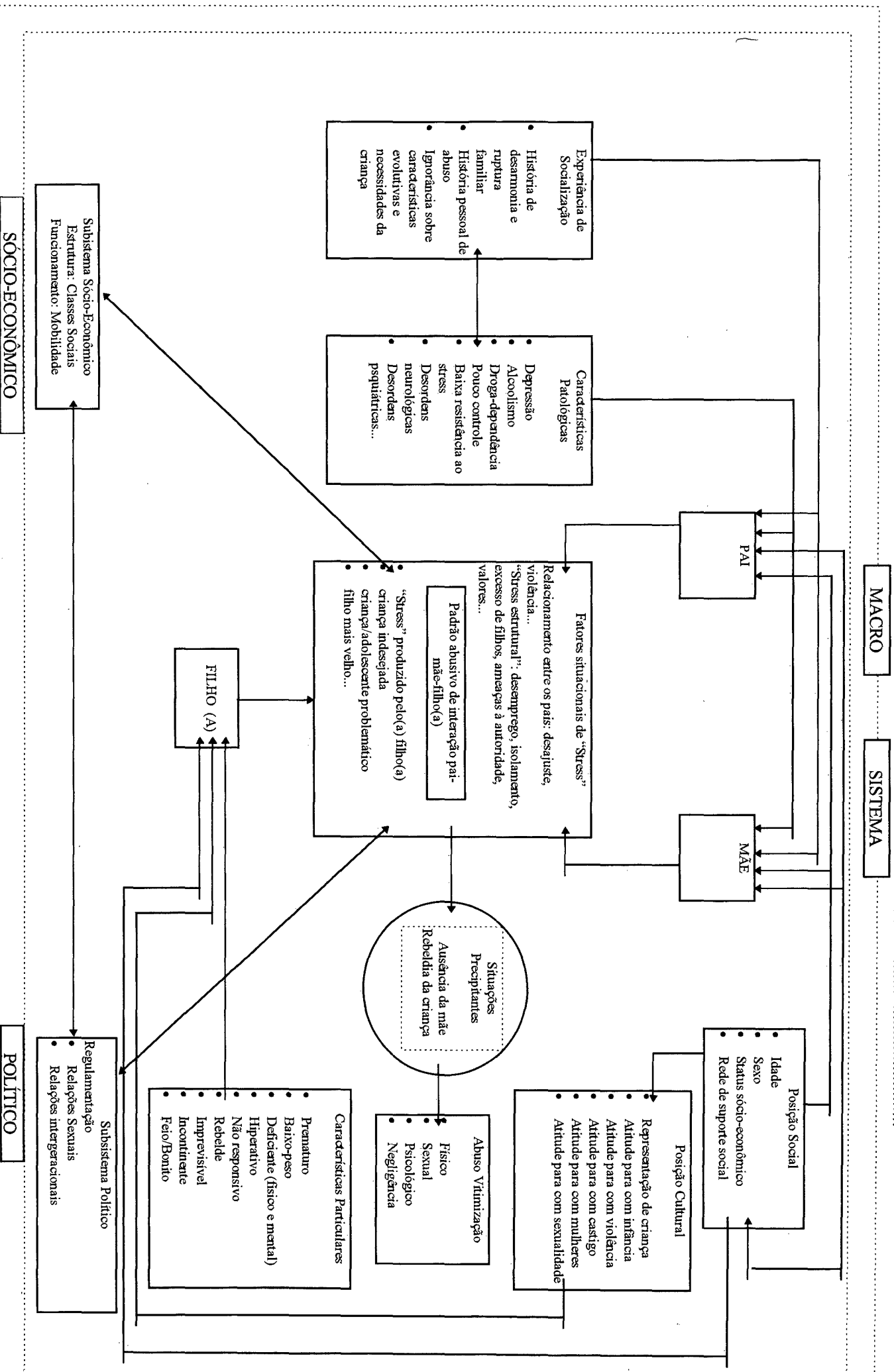
⇒ **Fanatismo religioso**

Em algumas religiões existem rituais em que crianças são utilizadas como oferendas. Podemos citar, como exemplo, o caso da emasculação de crianças, na cidade de Altamira, no Pará.

O padrão abusivo assume, por vezes, a interação com fatores da atual situação stress e/ou com as características particulares de cada criança e/ou adolescente (fatores conjunturais) ao lado de situações precipitantes (ausência de mãe, tão comum em abuso sexual, rebeldia da criança).

Acerca dos dados da pesquisa, podemos afirmar que o

ABUSO - VITIMIZAÇÃO DOMÉSTICA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. MODELO INTERATIVO OU MULTICAUSAL.



modelo interativo multicausal que privilegiamos, assenta-se na abordagem epistemológica que poderíamos chamar de Sócio-Psico-Interacionismo, abordagem essa cujo postulado básico é o de que, embora as condutas humanas decorram da interação indivíduo-sociedade, a direção dessa interação é clara: O psicológico (individual) é condicionado pelo social e esse condicionamento se produz historicamente. (AZEVEDO e GUERRA, 1994).

Como afirma Rubinstein (1972), apud “Azevedo e Guerra, 1994”:

“Não são as formas psíquicas que determinam o grau de desenvolvimento do ser vivo, como supunha a psicologia idealista; antes, são os graus de desenvolvimento que, no animal, se determinam biologicamente e, no homem, historicamente, que determinam a forma da psique...O desenvolvimento psíquico dos animais obedece as leis gerais do desenvolvimento biológico dos organismos, que são determinados pelas suas ações recíprocas com o meio ambiente neutral que os rodeia. O desenvolvimento psíquico do ser humano obedece às leis gerais do desenvolvimento histórico social. Isso significa reconhecer que, se é verdade que abuso vitimização doméstica de crianças e adolescentes depende, por hipótese, sobretudo de um padrão abusivo de interação pai-mãe-filho(a), enquanto padrão de relacionamento interpessoal familiar, esse padrão foi construído historicamente por indivíduos, que ao fazê-lo, revelam as marcas de sua história pessoal no contexto da história sócio-econômica, política e cultural de uma dada sociedade”. (AZEVEDO e GUERRA, 1994).

2.4. FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Violência Doméstica contra criança e adolescente se manifesta de várias formas, atingindo a todas as classes sociais e étnicas. Para fins de estudo, priorizamos as mais frequentes que abaixo arrolamos:

⇒ Violência Física Doméstica

“Corresponde ao emprego de força física no processo disciplinador de um filho por parte de seus pais (ou responsáveis). (Azevedo e Guerra, 1994), ou seja, a violência física, “é qualquer ação, única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou ao adolescente” (ASSIS, 1994).

O dano físico pode variar de lesões leves a conseqüências extremas como a morte. Quanto à natureza deste fenômeno, observamos que as famílias nas quais ocorrem as relações do agressor com os filhos-vítimas, se caracterizam por terem uma relação sujeito-objeto: os filhos devem satisfazer as necessidades dos pais. Pesa, sobre eles, uma expectativa superior às suas capacidades, são vistos como pessoas criadoras de problemas. A disciplina física é sempre enfatizada como um método inadequado de educação, segundo Müller:

“Os jornais estão constantemente nos dizendo que esta provado estatisticamente, que a maioria das pessoas que agredem fisicamente seus filhos, foram elas mesmas agredidas em sua própria infância. Essa informação não é totalmente correta: Não deveria ser a maioria, mas todas e qualquer pessoa que agride seu filho, foi ela mesma de alguma forma severamente traumatizada em sua infância. Esta afirmativa se aplica, sem exceção, uma vez que é absolutamente impossível que uma pessoa educada num ambiente de honestidade, de respeito e de afeto, venha a atormentar um ser mais fraco, de tal forma que lhe inflija um dano permanente. Ela aprendeu bem cedo que é correto e adequado dar à criança proteção e orientação, porque são pequenas e indefesas, sendo que este conhecimento armazenado em

estágio precoce, em sua mente e em seu corpo, permanecerá efetivo para o resto de sua vida". (apud AZEVEDO e GUERRA, 1995)

Geralmente, nestas famílias há o estabelecimento de um tipo de "aliança solidária" entre os cônjuges, segundo o qual dificilmente exerce este tipo de violação sem a cumplicidade silenciosa do outro, sendo mais raro que o parceiro não agressor revele o problema a terceiros. Muitas vezes, no parecer de Azevedo e Guerra (1995), este mesmo parceiro não agressor separa-se da família e não toma as medidas de proteção necessárias em termos da vítima. Dificilmente o agressor reconhece espontaneamente sua responsabilidade, podendo dar aos fatos uma explicação discordante do quadro clínico constatado ou até mesmo cair em contradição. Muitas vezes, mesmo a vítima estando gravemente traumatizada, há uma demora em buscar auxílio médico-hospitalar.

Também percebemos que este é um fenômeno repetitivo e ascendente, onde Azevedo e Guerra (1995) estimam 50 a 60% a taxa recidiva.

⇒ **Conseqüências da Violência Física Doméstica**

A violência física doméstica deixa freqüentemente lesões, como queimaduras, feridas, fraturas, cortes, inclusive podendo levar a lesões neurológicas irreversíveis. Algumas vezes, as opressões podem levar a retardamento mental ou atraso no desenvolvimento intelectual, principalmente na área da linguagem. Assim, o baixo rendimento escolar comumente observado nas crianças/adolescentes, vítimas da violência física, pode ter sua origem nas lesões neurológicas causadas pelos atos violentos, ou, também, nos danos emocionais imputados: auto-imagem negativa, dificuldades de relacionamento interpessoal, dificuldades em acreditar nos outros, especialmente nos adultos, tristeza. Observa-se também, com freqüência, o desenvolvimento de comportamento agressivo, principalmente na escola, o que significa que a criança/adolescente aprendeu a usar a violência como forma de resolver conflitos.

A Violência Doméstica, através da punição corporal, treina a criança para aceitar a conviver com a violência, na medida que, perpetrada pelos adultos, destina-se a ensinar obediência e submissão. Os sentimentos associados a tal punição - de angústia, raiva, ansiedade, medo, terror, ódio, hostilidade, estão interligados nos relacionamentos domésticos dos adultos que foram espancados, quando crianças; estes padrões, aplicados à criança, tornam-se modelos de violência dirigidos contra outros adultos amados, especialmente esposas, maridos, amantes.

Por fim citamos parricídio/matricídio, como forma de acabar com a violência na casa, exterminando a figura opressora.

“Os sentimentos gerados pela dor, decorrentes das agressões físicas de adultos contra crianças, são, na maioria das vezes, reprimidos, esquecidos, negados, mas eles nunca desaparecem. Tudo permanece gravado no mais íntimo do ser, e os efeitos da punição permeiam nossas vidas, nossos pensamentos, nossa cultura”. (GREVEN, 1992 apud AZEVEDO e GUERRA, 1995)

⇒ **Violência Sexual Doméstica**

A violência sexual doméstica vem sendo considerada como “todo jogo ou ato sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança e utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra.” (Azevedo e Guerra, 1994)

As práticas eróticas e sexuais são, muitas vezes, impostas às crianças ou aos adolescentes, através de violência física, ameaças ou induções de sua vontade. Outras vezes, o agente agressor desenvolve técnicas para obter vítimas, seduzindo crianças e/ou adolescentes com atenção, afeto e presentes. Em razão disto, muitas vítimas acabam desenvolvendo sentimentos positivos para com o agressor.

adolescente, forçando-a a uma transação interdita culturalmente: o incesto”. (AZEVEDO e GUERRA, 1995)

Ainda podemos identificar o agressor sexual situacional e o agressor sexual preferencial, o dito pedófilo.

Entendemos que a família incestogênica deve ser analisada a partir de um referencial teórico explícito, o que não configura o objeto central deste trabalho. Dada a complexidade, faz-se necessário estudo específico do mesmo.

⇒ **Conseqüências da Violência Sexual Doméstica**

São comumente observadas lesões físicas, como hematomas, contusões, fraturas, uma vez, que freqüentemente, se observa o uso de violência física para conter a criança/adolescente vítimas de abuso sexual. São freqüentes também lesões genitais (ruptura do saco vaginal, lesões vulvares e clitoridivas) e anais, pois a violência sexual tende a culminar no intercurso sexual. Observam-se também gravidez e doenças sexualmente transmissíveis.

A médio e longo prazo, a violência sexual leva a dificuldades de adaptação sexual, que variam, desde disfunções sexuais, como pedofilia, a prostituição, até frigidez.

A nível emocional, podem ocorrer gestos e tentativas de suicídio, problemas de personalidade, incluindo culpa, ansiedade, medos, depressão, e problemas mais agudos, como psicose, automutilação, obesidade, anorexia e crises histéricas. Pode ocorrer também comportamento agressivo, raiva, alheamento, fuga do lar, abuso de drogas e comportamento disruptivo. Como em outras formas de violência, a violência sexual leva freqüentemente a dificuldades na aprendizagem.

⇒ **Violência Psicológica Doméstica**

“Também chamada “perversa doçura”, é a violência que humilha, rejeita, fere moralmente uma criança ou adolescente. Envolve dois subtipos: indiferença / rejeição afetivas.” (AZEVEDO e GUERRA, 1994, p. 30)

Deste modo, podemos conceber a Violência Sexual Doméstica como uma gama de atos que abrangem atividades

- sem contato físico (voyerismo);
- com contato físico, com diferentes graus de intimidade, como beijos, carícias nos órgãos sexuais, até cópula;
- sem emprego de força física;
- mediante força física;
- hetero ou homossexuais, conforme o protagonista;

cuja finalidade é sempre o prazer do adulto, responsável único pelas práticas sexuais abusivas, mesmo que, em alguns casos, possa ocorrer estimulação sexual da criança/adolescente.

O fenômeno ocorre num certo tipo de famílias consideradas por Azevedo e Guerra (1995), como incestogênicas. Nelas, o afeto (pelo menos em certos membros) aconteceu de forma erotizada, a comunicação não é aberta, “possibilitando a instalação e manutenção de um cômodo (para o agressor) complô do silêncio no qual a criança vítima se cala, enquanto os demais membros se negam a enxergar a realidade”. Também, é comum verificarmos forte discriminação entre papéis de gênero, submissão dos filhos, e normalmente com a figura autoritária imprevisível: o patriarca faz as leis de forma absolutista e as transgride na medida de seus interesses e desejos. Nutre-se do “terror da revelação” (do abuso), como das formas de impedir a subversão da ordem familiar e assegurar o domínio sobre os “fracos” do sistema familiar. Também o “terror do abandono” é outra estratégia desenvolvida com o mesmo objetivo.

Deste modo, percebemos a família incestogênica como

“aquela na qual as interações entre seus membros, através de mensagens verbais e não-verbais implícitas ou explícitas são manipuladoras da criança ou

A Violência Psicológica Doméstica é, portanto, “a interferência negativa do adulto (ou pessoa mais velha) sobre a competência social da criança, produzindo um padrão de comportamento destrutivo. Há que se considerar que toda forma de violência inclui abuso psicológico.” (Assis, 1994)

A violência psicológica doméstica pode apresentar-se de diversas formas.

Entre elas:

- *Rejeitar* - quando não se legitima as necessidades e direitos da criança/adolescente, nem o seu valor.
- *Isolar* - quando não se permite à criança/adolescente, contatos sociais e experiências comuns a sua idade.
- *Aterrorizar* - quando se instala um clima hostil, através de agressões verbais, amedrontando a criança/adolescente.
- *Ignorar* - quando não se possibilita a estimulação do crescimento emocional e intelectual da criança/adolescente.
- *Criar expectativas* irreais ou exigências extremadas sobre o desempenho da criança/adolescente: quando se exige da criança/adolescente comportamento para o qual ela ainda não está preparada.
- *Interferir* negativamente sobre a criança/adolescente: quando se induz a criança/adolescente a uma auto-imagem negativa, estimulando-a adotar condutas destrutivas.

⇒ **Conseqüências da violência psicológica doméstica**

As conseqüências imediatas, e a longo prazo, da violência psicológica doméstica variam desde os diversos tipos de distúrbios de comportamento a doenças psicossomáticas e distúrbios na aprendizagem.

⇒ **Negligência**

A negligência pode ser caracterizada como umas das formas de violência que consistem em “não dar a criança aquilo que necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio.” (ASSIS, 1994)

Representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos alimentar, de vestir adequadamente seus filhos, etc. E quando tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle. A negligência pode se apresentar como moderada ou severa. Nas residências em que os pais negligenciam severamente os filhos observa-se, de modo geral, que os alimentos nunca são providenciados, não há rotinas na habitação e para as crianças, não há roupas limpas, o ambiente físico é muito sujo com lixo espalhado por todos os lados, as crianças são muitas vezes deixadas sós por diversos dias, chegando a falecer em consequência de acidentes domésticos, de inanição. A literatura registra entre esses pais um consumo elevado de drogas, de álcool, uma presença significativa de desordens severas de personalidade.

Não foi possível um aprofundamento mais amplo, no que se refere a negligência pois de acordo com Azevedo e Guerra (1995)

“os estudos a ela relativos são de cunho mais recentes porque enfrentaram dificuldades básicas de conceituação, uma vez que é preciso observar até que ponto um comportamento é negligente ou está profundamente associado à pobreza das condições de vida. Numa sociedade capitalista onde a opressão econômica impera, as dificuldades de se abordar um fenômeno, que pode trazer à tona esta mesma opressão, estão presente entre os pesquisadores”.

Este fenômeno é de difícil diagnóstico, uma vez que, esbarra com a precariedade sócio-econômica de muitas famílias brasileiras.

⇒ **Consequências da negligência**

A negligência pode levar a problemas de saúde, que acarreta desde fadiga constante até crescimento deficiente. A curto prazo, a criança/adolescente pode apresentar dificuldade na aprendizagem, advinda de seu estado de saúde precário, ou também de privação cultural.

É comum a desnutrição, a nível emocional, a criança/adolescente pode manifestar sentimentos de rejeição, de menos valia, bem como depressão. Pode demonstrar com frequência, problemas na conduta.

2.5. DESAFIO DOS PROFISSIONAIS NO ENFRENTAMENTO DO FENÔMENO

“A Violência Doméstica contra crianças e adolescentes é como um câncer silenciosamente espalhado pelas casas de qualquer cidade. Por isso mesmo, concentrarmo-nos apenas em atividades de intervenção tipo SOS-vítimas, pode significar a tentativa inglória de curar um câncer aplicando-lhe “band-aid”. Mais ainda, pode significar o risco permanente de chegar sempre tarde demais para salvar a qualidade de vida da infância e/ou adolescência. Daí a importância - reconhecida mundialmente - de tentar interferir antes que uma família abusiva venha a sê-lo, ou seja, a importância da prevenção. A literatura internacional reconhece a prevenção como a estratégia privilegiada para combater mais eficazmente a (re)produção da Violência Doméstica contra crianças e adolescentes”. (AZEVEDO e GUERRA, 1995).

Desta forma temos noção de que, para conseguirmos efetuar de uma maneira prática uma ação preventiva, teremos de recorrer aos níveis de prevenção nacionalmente discutidos.

São eles de natureza:

Primária - Estratégias criadas para um conjunto da população, com o intuito de conter a incidência de novos casos. As estratégias, de um modo geral, utilizadas incluem, programas de pré-natal, que adotem a temática e reforcem os laços pais-filhos; programas de treinamento para pais, através de palestras, debates, reuniões, que visem a discussão das práticas educacionais adotadas; campanha de divulgação pelos meios de comunicação de massa; treinamento em escolas, com fins de levar a reflexão sobre a criança e adolescente enquanto cidadãos de direito.

Secundária - Envolve a identificação das pessoas vítimas frente ao fenômeno. Neste sentido incluem-se estratégias, como visita domiciliar para dar atendimento

médico-social às pessoas; “telefones de crises”, os quais as pessoas procuram, para obter algum tipo de encaminhamento especializado; programas de creches ou abrigo para crianças que foram vítimas de algum tipo de violência; recepção de auxílio material.

Terciária - Esta estratégia é dirigida às pessoas que são agressores, ou vítimas da violência doméstica no intuito de reduzir as conseqüências frente ao fenômeno ou evitar que o indivíduo sofra a exclusão e a marginalização permanente. Estas dizem respeito basicamente às intervenções de ordem psicológica, ou seja, psicodinâmicas ou comportamentais. Neste sentido está prevista “a participação dos agressores em terapias que focalizem as forças intrapsíquicas do conflito, uma vez que se acredita, por um lado, que elas sejam as causadoras da violência”. (GUERRA, 1986 et alli STEINER) Por outro lado, adotando-se uma linha diversa, pode-se prever a participação dos agressores em trabalhos técnicos onde, através de reforços positivos, se procure ensinar a eles o emprego de métodos mais apropriados de interação com seus filhos.

Os vários níveis e formas de prevenção têm sido apontados, por muitos autores, com destaque, por exemplo, para o atendimento pré-natal. Este é o momento ideal para abordar a temática, no conjunto das orientações usuais, discussões da experiência das mães, família, em relação à prática da Violência Doméstica sofrida, e como se apresenta cada tipo de violência; suas conseqüências e a maneira de evitar a prática deste ato.

Um outro aspecto importante é o pós-natal, a identificação dos bebês de alto risco, evitando-se, assim, a prática da violência doméstica, prevendo-se uma avaliação mais criteriosa e o acompanhamento interdisciplinar dos pais e do filho. As crianças apontadas como de alto risco são as “prematuros, mentalmente deficientes, indesejadas, mal formadas congenitamente ou de hábitos difíceis (não dormem nunca à noite, choram muito, hiperativas, anoréxicas). (DESLANDES, 1994).

Os locais que dispõem de agentes de saúde poderiam incluir, como uma das metas de suas atividades, a orientação familiar sobre a Violência Doméstica contra crianças e adolescentes e a identificação de famílias abusivas, acompanhando-as, sob orientação de uma equipe interprofissional de saúde.

Cabe ressaltar que a escola e os educadores exercem também um papel fundamental em relação à prevenção da violência doméstica. Para tanto, a escola e os educadores precisam motivar-se para prevenir este fenômeno, especialmente aqueles cometidos na família e no próprio ambiente escolar. A inserção de uma disciplina referente à questão da violência doméstica, seria uma contribuição muito importante na escola, com o objetivo de prevenir e orientar os pais, alunos e a própria comunidade.

“O enfrentamento da violência é responsabilidade de todos. A co-responsabilidade da escola e dos educadores é elemento essencial no processo da luta por uma sociedade mais sadia. A sua atuação, de caráter educativo, deve evitar culpabilizações, seja da família, da escola ou dos alunos. Se a escola conseguir dialogar consigo mesma e com a sociedade ao seu redor, internalizando a noção de que a violência não é só do outro, mas também nossa, poderá finalmente contribuir para um novo momento, em que enfrente comprometidamente o problema - escola, educadores, família e sociedade, buscando em conjunto a prevenção da violência.(...)Atitudes concretas, como a melhoria na qualidade de ensino, da relação interpessoal entre professores e alunos, da integração da escola na família, são aspectos relevantes, que podem prevenir a violência no âmbito escolar e familiar”. (ASSIS, 1994).

É possível afirmar que a Violência Doméstica praticada contra criança/adolescente tem envolvido profissionais de diferentes áreas e, em virtude das formações curriculares diversas, surgem entre os especialistas divergências, ao abordar a questão.

Desta forma, torna-se vital a cada profissional que se defronta com a problemática, por sua vez complexa, aprofundar seu estudo, desenvolvendo a partir deste uma visão crítica, constante e substancial sobre a prática cotidiana. Referimo-nos a todos os

profissionais que desenvolvem trabalho relacionado à Violência Doméstica contra criança e adolescente.

Entretanto, ao abordar esta temática, o profissional precisa ser competente no desenvolvimento do trabalho quanto à questão da Violência Doméstica contra crianças e adolescentes, bem como ser comprometido com a “causa da infância vitimizada no lar” e liberto das “reticências psicológicas” .

Competência só se adquire estudando, pesquisando, lendo; sem curiosidade e disciplina intelectual é impossível ter domínio sobre a amplitude do campo de conhecimento de tal fenômeno. *Compromisso* só se adquire “recusando a banalização da violência (promovida, muitas vezes, pela mídia) e cultivando a indignação e a participação, em vez da mera indiferença”. (AZEVEDO e GUERRA, 1995) Libertação das “Reticências Psicológicas²” só se adquire pela autocrítica constante, no sentido de mostrar e controlar as famosas “forças ocultas³” que, por fim, desmobilizam a atuação profissional que envolve uma gama de fatores individuais.

“*Advertência* (aos profissionais) - Conhecer-se , assumir suas limitações e rancores, carências, idiosincrasias, seus medos ocultos, pode ser uma experiência dolorosa. Mais é, e será sempre, uma experiência necessária, quando o que está em jogo é a atenção e o cuidado para com as crianças e os adolescentes que não podem correr o risco de serem re-vitimizados”. (AZEVEDO e GUERRA, 1995)

Ressaltamos, porém, que por sermos uma acadêmica do curso de Serviço Social e nossa prática ter sido desenvolvida junto a profissionais predominantemente do referido curso, temos a liberdade de elaborar um questionamento, a fim de que, futuramente,

² Reticências Psicológicas: Terminologia sugerida pelo guia Pedagógico do Ministério Francês, da Solidariedade, da Saúde e da Prevenção Social, caracterização as reações provocadas nos profissionais que trabalham com a violência doméstica.

³ Forças ocultas: citada pelos autores Azevedo e Guerra, referem-se as dificuldades de ordem psicológica dos indivíduos, especialmente dos profissionais, no enfrentamento da questão.

enquanto profissional, possamos desenvolver atuação compromissada com a ética profissional e a cidadania.

Qual é a nossa contribuição para o enfrentamento dos diferentes problemas provocados pela Violência Doméstica contra a criança e o adolescente, enquanto Assistentes Sociais?

“Dentre estes dilemas, figura a possibilidade de se avaliar concretamente o risco de morte sofrido pelas vítimas, na companhia de pais agressores, a falta de capacitação profissional para lidar com casos desta natureza, o pouco compromisso das instituições, no trato desta problemática. Os dilemas são tantos que, quando não enfrentados de modo correto, podem conduzir o profissional para o chamado caminho do “desgaste profissional”⁴ em que se detecta um esgotamento técnico”. (GUERRA, 1994)

Ainda de acordo com Guerra (1994), a análise destas dificuldades com as quais se defrontam os Assistentes Sociais, seja episódica, seja quotidianamente, traz à tona a necessidade de uma capacitação específica que lhes permita um bom trabalho em equipe, um partilhar de informações e de responsabilidades. Dessa forma, o sofrimento enfrentado pelos profissionais encontraria eco, viabilizando-se soluções.

Cumprir pensar que os problemas com os quais nos defrontamos, ao abordar a Violência Doméstica e prevenção, não podem ficar aguardando o velho debate da culpa profissional ou da instituição. Da crítica aos descaminhos de ambos, nascerá um novo caminho. O momento exige que apontemos “saídas”, ou seja, que construamos conhecimentos que permitam atuar nas situações causadas pela Violência Doméstica contra criança/adolescente, amenizando-a, isto é, usando formas alternativas para prevenção.

Segundo Greven (1992) apud Azevedo e Guerra (1995):

“Nós agora dispomos de uma oportunidade muito mais ampla do que em outros tempos porque temos a

⁴ Desgaste profissional: este termo é empregado por O. Masson (Le Syndrome d'épuisement professionnel: burn-out, conférence au Congrès Européen sur abus et négligences envers les enfants, Bruxelles, 1989), em seus trabalhos nos quais alvida as dificuldades dos profissionais e das instituições quanto lidarem com o fenômeno da Violência doméstica contra crianças e adolescentes.

consciência, que faltou à gerações anteriores, das conseqüências a longo prazo, pessoais e coletivas da violência física contra crianças e adolescentes (...). precisamos agir de forma diferente em termos das futuras gerações, encontrando alternativas para as dolorosas punições corporais. O abuso de qualquer criança é uma coisa terrível... Temos que decidir agora - pessoas, famílias, comunidades, estados, nações quanto à adoção de métodos não violentos de disciplina, que começarão a transformar nossas vidas, nossa consciência, nosso mundo e a alterar o curso do nosso futuro e das gerações do porvir (...) nós temos muito a aprender, antes que comecemos a nos sentir confortáveis e confiantes com a não violência, tendo em vista que muitos de nós nutrimos esses mesmos sentimentos quanto ao emprego da violência no disciplinamento de crianças. Devemos começar a lutar então por um sentimento perseverante de respeito pelos corpos, pelos desejos, pelas personalidades das crianças e por um compromisso em termos de seu direito de não serem feridas, nem violadas, da mesma forma que este é o direito dos adultos”.

Assim é mister a criação de programas governamentais ou não governamentais de “Prevenção à Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes”, assumindo compromissos básicos para o combate à violência doméstica, física, sexual, psicológica e negligência. Reiterando, neste sentido, o caráter de continuidade, envolvendo toda sociedade de modo espiral.

CAPÍTULO III
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O SABER DOS
PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA

3.1. RAZÃO DA PESQUISA

Apontamos alguns fatores que motivaram a execução da pesquisa que ora apresentamos:

- As observações realizadas junto à execução do Projeto de Prevenção à Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes do S.O.S Criança junto aos educadores e técnicos e as variantes culturais que determinaram posturas diversas;
- A aproximação e a paixão pelo tema Violência Doméstica contra crianças e adolescentes, através do campo de estágio;
- A substituição de 70% das equipes de profissionais dos projetos da Divisão da Criança e Adolescente e da Secretaria Municipal de Saúde, a partir dos concursos de 1994 e 1995. Deste modo, o saber destas equipes frente ao fenômeno estudado;
- O fomento de uma proposta de capacitação sobre o fenômeno;
- A apresentação do Programa S.O.S Criança às novas equipes, enquanto parceiros no trabalho junto às famílias das comunidades em situação de crise.
- A partir de uma das diretrizes da Divisão da Criança e Adolescente e da Secretaria Municipal de Saúde, em atuar no enfrentamento do fenômeno da tema Violência Doméstica contra crianças e adolescentes, em todos os seus programas e projetos subsequentes: CEC da Costeira do Pirajubaé, CEC Itacorubi, CEC Parque da Figueira, CEC Promorar, Liberdade Assistida,

S.O.S Criança, Albergue Santa Rita de Cássia, Casa da Liberdade, Guias Mirins e Núcleo de Atenção Psicossocial.

- A baixa notificação observada no S.O.S Criança por parte dos profissionais, através do estágio, bem como a resistência de muitos deles em depor.

3.2. ALTERAÇÃO NO PROJETO

A presente pesquisa foi alterada em função de algumas dificuldades que o Programa S.O.S Criança encontrou para a implantação do Projeto de Prevenção nas Unidades Sanitárias do Município. (Projeto de Pesquisa em Anexo)

Optou-se então por realizar a pesquisa junto aos profissionais da Divisão da Criança e Adolescente da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis, por se compreender que tais profissionais estão quotidianamente lidando com o fenômeno, embora algumas vezes, indiretamente. Trabalhou-se com os programas:

- Abordagem de Rua
- Casa da Liberdade
- Centro de Educação Complementar do Parque da Figueira

3.3. PROCEDIMENTO PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa se caracteriza por ser descritiva, utilizando-se, para tal, questionário semi-estruturado, com questões referentes ao fenômeno da Violência Doméstica contra crianças e adolescentes.

Para tanto foi utilizada uma amostra de 21% (referente a 30 entrevistas) dos profissionais atuantes na Divisão da Criança e Adolescente da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

O procedimento visou a investigação, junto a esses profissionais, do saber que estes possuem acerca do fenômeno.

3.4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Após coleta de dados, prosseguiu-se a tabulação e posterior análise, subsidiada pela fundamentação teórica descrita anteriormente.

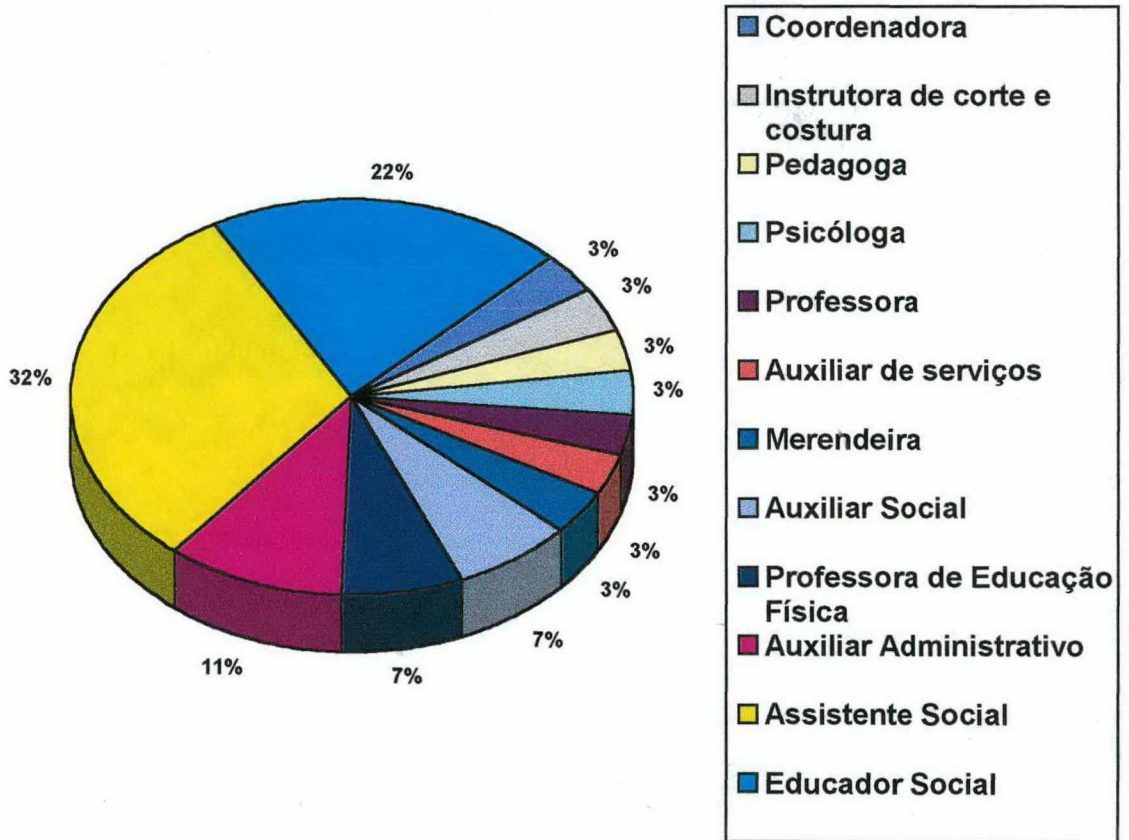
O estudo constituiu-se de

1. Leitura do Projeto “Prevenindo e Combatendo a Violência Doméstica Contra a Criança e o Adolescente: uma parceria do Programa S.O.S Criança e a Comunidade”;
2. Revisão de literatura;
3. Elaboração do projeto de pesquisa;
4. Revisão e alteração do projeto de pesquisa;
5. Elaboração do questionário;
6. Aplicação do questionário;
7. Tabulação dos dados;
8. Análise dos dados;
9. Elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso;
10. Divulgação dos resultados.

3.5. A REALIDADE PESQUISADA EM FOCO: ANÁLISE DOS DADOS

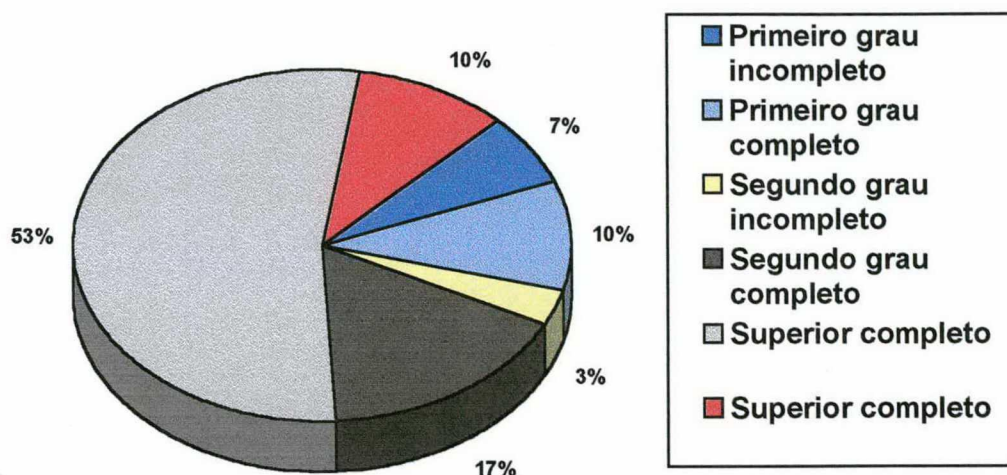
A seguir apresentaremos a tabulação das questões respondidas pelos profissionais participantes da pesquisa, bem como uma breve análise daquelas que consideramos mais relevantes para o trabalho que nos propomos.

3.5.1. QUANTO À FUNÇÃO DOS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA

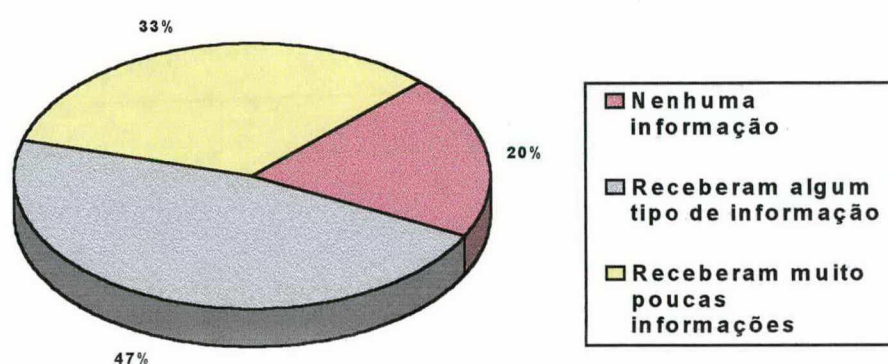


Obs.: O número de Assistentes Sociais é 35%, sendo que 3% destes profissionais exercem a função de coordenadora dos programas.

3.5.2. QUANTO AO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PROFISSIONAIS PARTICIPANTES DA PESQUISA



3.5.3. QUANTO A INFORMAÇÕES SOBRE O FENÔMENO OBTIDO DURANTE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

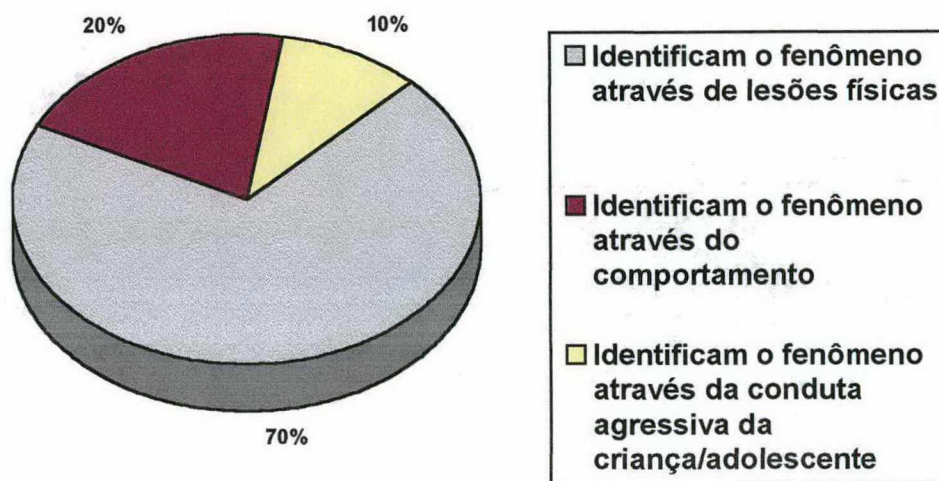


Comentário: Consta-se que o número representativo de profissionais (47%) receberam algum tipo de informação sobre o fenômeno da prática da violência contra a criança e o adolescente. Observa-se que, de acordo com o gráfico nº 1, um número significativo de profissionais da área de serviço social (35%) responderam ao questionário aplicado. Sendo assim, podemos inferir que o assunto é tratado durante a formação acadêmica do assistente social. Porém, segundo a questão No. 5, os profissionais que afirmaram ter recebido informações quanto ao tema, as obtiveram através de encontros, palestras,

documentários, estágios em escolas públicas, revelando assim que o tema parece ser pouco tratado nas disciplinas obrigatórias ou acadêmicas.

Observa-se também que muitos profissionais participantes da pesquisa (53%, sendo que 33% e 20%) receberam pouca ou nenhuma informação sobre o fenômeno.

3.5.4.a) Quanto à Identificação do Fenômeno da Violência Contra a Criança e o Adolescente

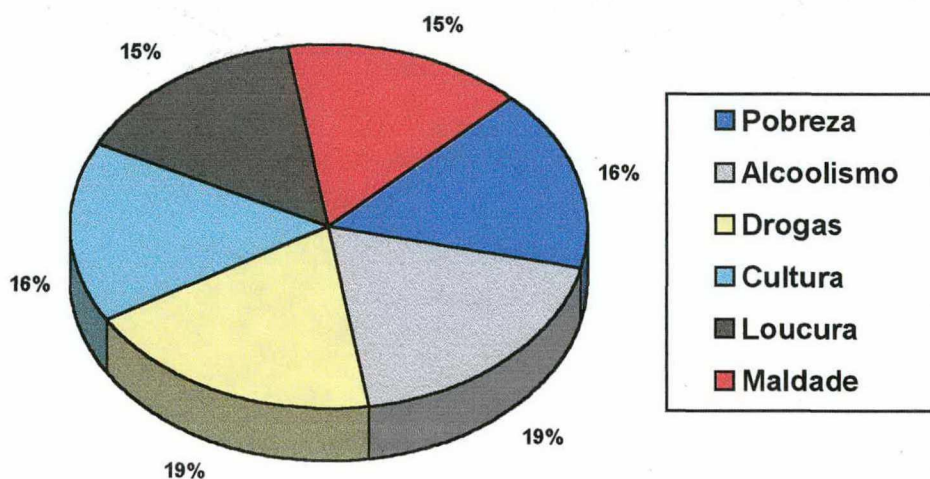


3.5.4.b) Observa-se que a maioria dos profissionais participantes da pesquisa (70%) afirma identificar quando uma criança/adolescente está sendo vítima de violência. Na questão seguinte, revelaram identificar o fenômeno através de lesões físicas (20%), comportamento (10%) e conduta agressiva da criança/adolescente. Compreendemos que a conduta agressiva destacada por alguns profissionais pode ser somada aos 20% da pista “comportamento” mencionado, uma vez mais trata-se do mesmo aspecto.

É importante destacar que as lesões físicas apresentadas pela criança/adolescente não deixa dúvidas a qualquer profissional ou leigo quanto à ocorrência do fenômeno, sendo assim, a identificação do fenômeno pode dar-se por maneira empírica.

Quanto à identificação do fenômeno, via observação de criança/adolescente, consideramos requerer maior experiência e conhecimento na área da infância e da juventude, uma vez que muitos leigos podem considerar que os problemas de comportamento apresentados são inerentes à própria criança/adolescente, e não aos conflitos familiares vividos.

3.5.5. QUANTO ÀS RAZÕES QUE PODEM LEVAR UMA PESSOA À PRÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE.



Os profissionais participantes da pesquisa revelaram identificar alguns dos fatores predisponentes à prática da violência: Uso de álcool (19%), drogas (19%) e presença de distúrbios psiquiátricos (loucura - 15%). Alguns profissionais destacaram a pobreza como uma das causas do surgimento do fenômeno (16%), o que a literatura tem comprovado não ser verdadeiro. Outros 15% destacaram a “maldade” como causa, o que nos leva a compreender que o fenômeno é ainda tratado como sendo uma questão de maldade ou bondade do adulto - o que as autoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra (1995) tecem críticas a respeito.

Alguns profissionais assinalaram, como causa do fenômeno, a cultura (16%) que revela um bom indicativo de compreensão do fenômeno, uma vez que a literatura tem revelado, como pano de fundo para a ocorrência do fenômeno, a visão da criança/adolescente como um ser menor.

Percebemos então que os profissionais entrevistados não determinam com clareza as reais causas da Violência Doméstica contra a criança/adolescente de acordo com o modelo multicausal referendado por nós neste trabalho.

A análise deste modelo é muito mais ampla e profunda. Em linhas gerais, “o pressuposto multicausal é decorrente da interação macro (sistema sócio-econômico-político) e micro (história de vida dos pais *versus* estrutura e funcionamento familiar)”. (Azevedo e Guerra, 1993).

O padrão abusivo depende então de fatores situacionais de stress, como, por exemplo: relacionamento de pais, desajuste, desemprego, criança indesejada ou características particulares da criança e adolescente (e/ou prematuro, baixo peso, deficiente físico) e ao lado de situações precipitantes (ausência da mãe, rebeldia da criança).

Acerca dessas considerações, podemos então afirmar que o modelo interativo multicausal tem por base uma abordagem científica que poderíamos chamar de sócio-psico-interacionismo, “abordagem essa cujo postulado básico é o de que, embora as condutas humanas decorram da interação indivíduo-sociedade e a direção dessa interação é clara: o psicológico (individual) é condicionado pelo social e esse condicionamento se produz historicamente”. (Azevedo e Guerra, 1994).

3.5.6. QUANTO AO CONCEITO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Os profissionais participantes da pesquisa nos mostram que a violência contra a criança/adolescente é qualquer forma de violência física, moral, social, psicológica,

sexual (40%). Outros 38% dos profissionais destacaram a violência como formas de agressão. Outros (12%) assinalaram como sendo falta de alimentação e moradia, maus tratos, direito da criança violado, próprio ato que venha prejudicar o ser humano. Alguns profissionais ainda destacaram como sendo opressão, abandono, comportamento agressivo mediante o uso da força, falta de compreensão e afeto (10%).

Constatamos então que, às vezes, há por parte dos profissionais dificuldades em relação à conceituação de Violência Doméstica contra criança/adolescente. Na realidade, as definições acima citadas não permitem identificar o fenômeno com clareza, deixando de lado algumas formas de violência, que se consolidam no conceito.

Lembramos que de acordo com Azevedo e Guerra (1995), Violência Doméstica contra a criança/adolescente é

“todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”.

3.5.7. QUANTO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE


Os profissionais participantes da pesquisa citaram várias formas de prevenir a Violência Doméstica contra a criança e/ou adolescente, entre elas

- Maior aproximação dos pais com os filhos;
- Investimento dos órgãos de proteção a favor da integridade da criança e do adolescente;
- Trabalho de conscientização nas comunidades;
- Planejamento familiar;

- Campanhas educativas de esclarecimentos referentes ao fenômeno;
- Palestras, debates;
- Visitas domiciliares;
- Divulgação de material informativo;

Apesar dos profissionais não destacarem com clareza estratégias de combate ao fenômeno da Violência Doméstica contra a criança e/ou adolescente, observa-se que percebem a importância da prevenção. As respostas um tanto evasivas nos dão a entender a complexidade de problemáticas que, de fato, requerem que sejam adotadas abordagens de acordo com a realidade vigente, ou seja, há que se adotar estratégias de combate ao fenômeno nos níveis de prevenção, primário, secundário e terciário. As estratégias vão então desde discussão do problema da criança como cidadão de direitos quanto à punição legal dos agressores. Gostaríamos assim de destacar que a “Violência Doméstica contra a criança e/ou adolescente é como um câncer silenciosamente espalhado pelas casas de qualquer cidade”. (Azevedo e Guerra, 1995). A partir dessa assertiva, vimos então a importância da prevenção, isto é, uma maneira de tentar intervir na vida dos indivíduos, famílias, antes que venham a ser abusivos.

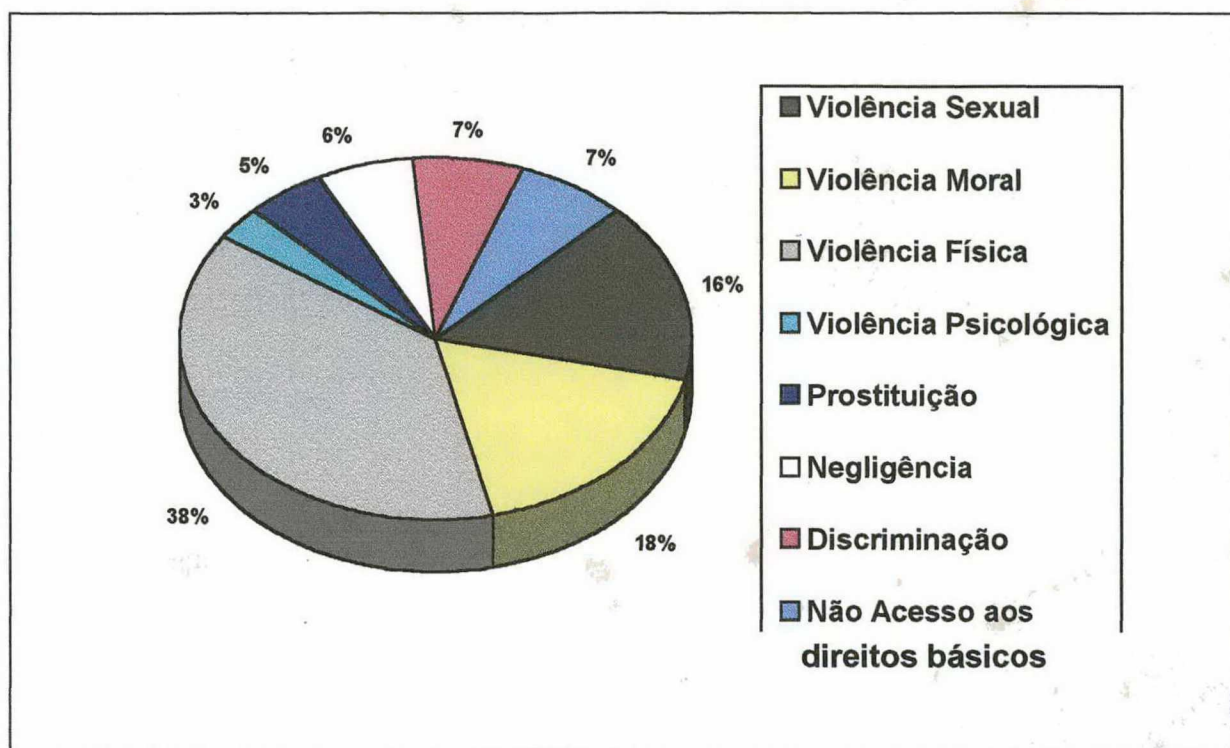
3.5.8. QUANTO AO TRABALHO QUE OS PROJETOS PODEM DESENVOLVER NA PREVENÇÃO DO FENÔMENO

- Prevenção na educação;
 - Grupo de estudos;
 - Palestras;
 - Depoimento de pais;
 - Discussão do tema;
 - Inversão de papéis;
- 

- Atendimento familiar;
- Grupo de pais com problemas específicos a respeito da violência;
- Cobrança dos governantes;
- Visitas domiciliares;
- Atendimento maior às crianças;
- Reforço escolar;
- Encaminhamento do caso para atendimento especializado;
- Ocupação maior do tempo das crianças para não viver com as drogas, prostituição e ociosidade;
- Profissionalização;
- Ajuda moral e psicológica;
- Trabalho de conscientização;
- Programa que vincule os pais e entidades;
- Projeto educativo;
- Reuniões;
- Pais - Melhor relacionamento com a família - desenvolver trabalho conjunto com essas famílias;
- Divulgação de material informativo;

3.5.9 QUANTO AOS TIPOS DE VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Os profissionais citaram como sendo formas de violência:

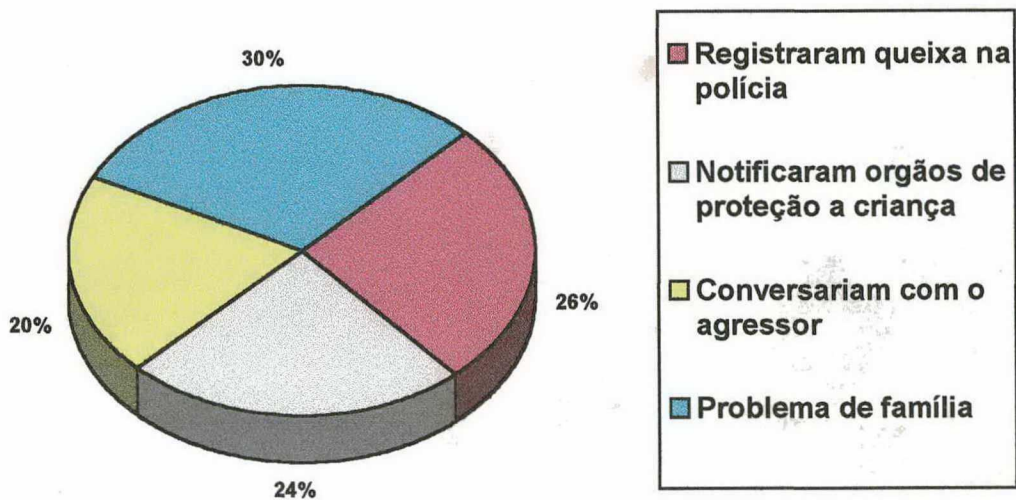


Comentário: Observamos que os profissionais citaram com frequência a violência física (38%) que de fato é mais facilmente visível.

Percebemos também que os profissionais destacaram outras formas sutis de violência, como a psicológica (3%), a moral (18%) e a negligência (6%). Outros (5%) assinalaram a prostituição como sendo forma de violência, mostrando assim uma confusão em conceber a temática, pois de acordo com Azevedo e Guerra (1995), esta é considerada como uma das conseqüências da violência sexual. É importante ressaltar ainda que alguns dos profissionais parecem compreender a criança como um cidadão de direitos, apesar de culturalmente muitos adultos considerarem a criança e o adolescente como um ser menor. Observa-se isso através de algumas respostas de profissionais que destacaram a discriminação e o não acesso aos direitos básicos como formas de violência. Tais profissionais revelam assim, que romperam com o tradicionalmente instituído: no Brasil, a criança e o adolescente só foi considerada cidadã a partir da década de 80, com a sedimentação dos direitos da criança e do adolescente no artigo 227 da atual constituição. Consideramos de um modo geral que há por

parte dos profissionais uma certa dificuldade em classificar os tipos de violência, quando mencionam alguns não contemplados na literatura, como sendo forma de violência, percebe-se então que há alguma falta de habilitação específica por parte destes, sendo que a maioria dos participantes possuem nível superior.

3.5.10. QUANTO À ATITUDE DO PROFISSIONAL PERANTE A SUSPEITA DE OCORRÊNCIA DO FENÔMENO



50% dos profissionais demonstraram que tomariam algumas atitudes frente à constatação do fenômeno, dos quais:

26% registraram queixa na polícia e;

24% notificariam o fato aos órgãos de proteção à criança e o adolescente.

Considerações: A maioria dos profissionais que revelaram que notificariam aos órgãos de proteção à criança e ao adolescente, demonstram conhecimentos tanto da obrigatoriedade da notificação quanto do local onde a notificação deve ser registrada.

Outros, porém, mencionaram que conversariam com o agressor (20%), consolariam a criança ou não fariam nada, por acharem ser este um problema de família (30%).

Assim destacamos a necessidade de um amplo trabalho de divulgação quanto à complexidade do fenômeno, uma vez que consideramos que o combate à violência instalada se faz com intervenções sistemáticas de orientação e de cunho terapêutico, além de punição legal dos agressores.

Concomitante a nossa prática de estágio, observamos que a notificação dos fatos é extremamente tímido por parte dos profissionais e que os vizinhos ou os telefonemas anônimos procuram cumprir esta tarefa em muitos casos.

Para melhor visualizarmos e até mesmo compararmos à nível internacional citamos alguns dados de pesquisa realizada por outros profissionais para mostrar a forma como as pessoas procedem defronte a Violência Doméstica: nos EUA, 51% das fontes de notificação são representados por profissionais sendo que em 20 (vinte) Estados americanos os educadores foram considerados a fonte básica e em outros 18 os Assistentes Sociais tiveram esta mesma consideração. Perante estes dados, é importante ressaltar que houve no país durante 30 anos um grande trabalho de divulgação de informações relativas a Violência Doméstica.

Nos EUA, os profissionais tem desempenhado um papel importante na notificação dos casos, revelando seu nível de conscientização e de participação nessa causa. Vale destacar que os *educadores* e os *Assistentes Sociais* são os maiores responsáveis por isso, ajudando para tanto o seu próprio exercício profissional favorecendo assim um acesso maior a crianças e familiares.

Em relação as estatísticas nacionais, o nosso país revela uma pobreza muito grande de dados, especialmente no que tange a Violência Doméstica contra crianças e adolescentes.

Estudos brasileiros, têm revelado a baixa notificação dos casos de violência por parte dos profissionais das áreas de saúde, educação e bem estar social indicando o pouco conhecimento e envolvimento desses com problema, sendo que 4.203 casos notificados no S.O.S Criança de São Paulo, dos quais 17,7% foram notificados por profissionais ligados a instituições sociais. Os vizinhos os fazem em 34,4% dos casos e os telefonemas anônimos em 30,7%.

É importante referendar que a ausência de dados em nosso país a respeito deste fenômeno torna-se preocupante, sendo que as estatísticas constituem-se num fator de extrema importância quando se deseja estabelecer uma política de atendimento consistente e comprometida. Além disso, as informações estatísticas bem organizadas dão-nos um retrato da problemática em pauta, servindo-nos para re-orientarmos muitas vezes nas ações de atendimento.

Considerações Finais

Ao assinalarmos vertentes de estudo sobre Violência Doméstica contra criança e adolescentes, não estamos encerrando nem tampouco esgotando a temática. Sabemos que esta abordagem caracteriza-se enquanto análise inicial, exigindo um aprofundamento e contribuições de outros profissionais, sejam eles do Serviço Social e/ou de diferentes áreas em que atuem nesta realidade da Violência Doméstica contra crianças e adolescentes. É imprescindível a elaboração de uma prática interdisciplinar, vinculada aos conhecimentos teóricos existentes e à presença de práxis, verdadeiramente comprometida.

Sendo nosso objetivo refletir sobre os diversos conceitos e termos utilizados para explicitar, de forma clara, a problemática da Violência Doméstica contra crianças e adolescentes e propor alternativas para uma intervenção voltada essencialmente à prevenção, acreditamos ter sistematizado questões pertinentes a esta realidade.

Desta forma, foi fundamental a trajetória histórica apresentada pelos diversos autores consultados e por nós percorrida ao longo dos séculos, pois permitiu uma visão mais ampla da criança. Foi-nos possível perceber quais as modificações sócio-políticas e econômicas vividas pela conjuntura, que influenciaram a concepção elaborada sobre a criança nas diferentes épocas. O poder patriarcal e a imagem da criança socialmente construída no universo familiar, em consonância com a já referida conjuntura, aponta-nos para o fato de que a Violência Doméstica esta presente desde o surgimento da humanidade e se reproduz a cada geração.



Atualmente é objeto de intervenção do Estado e da Sociedade Civil, conforme está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente. Os profissionais envolvidos diariamente nesta problemática, segundo a pesquisa realizada, demonstraram insegurança em sua intervenção no contexto. Interpretamos que tal fragilidade concentra-se na ausência de uma habilitação específica, a ser oferecida pelas unidades de ensino, assim como pela falta de condições adequadas, advindas do pouco comprometimento do Poder Público e da população no que toca à Violência Doméstica contra crianças e adolescentes.

Ao abordarmos o conceito de Violência Doméstica contra crianças e adolescentes, intencionamos romper com a imagem escamoteada da violência. Esta questão tem-se configurado com intensidade em nosso cotidiano e a população ainda não despertou para uma ação combativa, uma intervenção efetiva e contundente.

A Violência Doméstica vivenciada pela humanidade está presente em todas as classes sociais, resultante de conflitos de gênero e/ou geração. Decorre de uma forma de trabalhar com as desigualdades, onde as diferenças são transformadas em relação assimétrica de poder, onde o mais fraco é tratado como “coisa”. Então, “a Violência Doméstica consiste num processo de completa objetualização da criança/adolescente, reduzindo-a desta forma a condição de objeto de maus-tratos”. (Azevedo e Guerra, 1994)

Diante de tais pontuações, em fins do século XX, concluímos que Violência Doméstica contra crianças e adolescentes continua sendo praticada em números alarmantes, ferindo princípios humanos de “vida”, exigindo da sociedade uma postura de compromisso com esta realidade, através de estudos aprofundados, medidas alternativas de prevenção e atendimento adequado à complexidade da temática, sendo os profissionais de Serviço Social uma imprescindível e significativa contribuição.

T

Sugestões

A experiência, junto ao programa S.O.S. Criança, possibilita-nos partilhar a prática, o conhecimento e o comprometimento profissional e pessoal perante as questões relativas à Violência Doméstica Contra Criança/Adolescente.

Como contribuição, propomos algumas sugestões aos profissionais que pretendem trabalhar com esta temática, assim como a toda população que deseja conhecer melhor esta realidade:

⇒ Capacitar e reciclar, de forma constante, os profissionais, realizando cursos, palestras, oficinas para que estes atuem com domínio e comprometimento, envolvendo, assim, organizações governamentais e não governamentais.

⇒ Garantir a presença efetiva do Assistente Social em equipe interdisciplinar dos programas de prevenção à Violência Doméstica contra a criança e os adolescentes.

⇒ Inserir, na grade curricular dos cursos de serviço social, psicologia, pedagogia, direito, enfermagem, medicina e demais áreas afins, disciplinas específicas referentes à Violência Doméstica.

⇒ Conquistar, dentro das Universidades o espaço para o aprofundamento da temática Família e Violência Doméstica, através dos cursos de pós-graduação, habilitando os profissionais, para a efetiva estratégia terciária.

X

⇒ Ampliar, no município de Florianópolis, programas específicos para atender as famílias vítimas da Violência Doméstica, através de:

- formação de equipe interdisciplinar;
- convênios que garantam a existência de recursos materiais e financeiros de forma estável;
- capacitação permanente dirigida a profissionais e à população em geral.

⇒ Solidificar a prática de atendimento às famílias vítimas da Violência Doméstica, através da elaboração e aprovação de leis por parte do Poder Legislativo Federal Estadual e Municipal, em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

⇒ Incentivar os órgãos de pesquisa para o investimento na área da Família e Violência Doméstica, viabilizando maiores pesquisas, relatórios e publicações advindas desta temática.

⇒ Garantir a participação do Serviço Social na elaboração e coordenação de grupos de atuação/prevenção nas famílias vítimas da Violência Doméstica.

Divulgar as estatísticas do S.O.S Criança, o número de denúncias e casos atendidos, a fim de que se estabeleça uma política de atendimento consistente e comprometida por parte das gestões governamentais, dos profissionais das instituições de ensino e da população como um todo.

BIBLIOGRAFIA

ASSIS, Simone Gonçalves de. *Crescer sem violência - Um desafio para os educadores*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/Clovis, 1994.

ARIÉS, Phillippe. *História Social da Criança e Família*. Rio de Janeiro: Zahar., 1978.

AZEVEDO, M^a A. e GUERRA, Viviane N. A. *Vitimização: Questões conceituais*. In Azevedo, MA e Guerra, V.N. de A(org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

. *A Violência Doméstica na Infância e nas Adolescência*. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

AZEVEDO, Maria. *Notas para uma Teoria Crítica da Violência Familiar Contra Crianças e Adolescentes*. In Azevedo, M^a A. e Guerra, Viviane N. de A.(Org.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

IPUSP/LABORATÓRIO DO ESTUDOS DA CRIANÇA. *Perguntelho - O Que os Profissionais Querem Saber*. In: *Infância e Violência Doméstica, Guia Prático para Compreender o Fenômeno - Telecurso de Especialização - USP: São Paulo: 1994.*

. *IA/B - Pondo os Pingos nos 'is'*. In: *Infância e Violência Doméstica, Guia Prático para Compreender o Fenômeno - Telecurso de Especialização - USP: São Paulo: 1994.*

X

. 2 A/B - *Ousar ou assumir*. In:
Infância e Violência Doméstica, Guia Prático para Compreender o Fenômeno -
Telecurso de Especialização - USP: São Paulo: 1994.

. 3 A/B - *Olhar*
Instrumentalizando Transdisciplinar. In: Infância e Violência Doméstica, Guia Prático
para Compreender o Fenômeno - Telecurso de Especialização - USP: São Paulo: 1994.

. 4 A/B - *Agir Sempre em*
Defesa da Criança. In: Infância e Violência Doméstica, Guia Prático para Compreender
o Fenômeno - Telecurso de Especialização - USP: São Paulo: 1994.

Brasil, Constituição (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado
Federal, Centro Gráfico, 1988.

CHARLOT, Bernard. *A Mistificação Pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

DESLANDES, Suely Ferreira. *Prevenir a Violência: um Desafio para Profissionais de Saúde*.
Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/Clovis - Jorge Careli, 1994.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de Pais Contra Filhos: Procuram-se*
Vítimas. São Paulo: Cortez, 1985.

MENA BARRETO, S.C ; SILVEIRA, S.C; Programa, S.O.S Criança; Divisão da Criança e do
Adolescente, Departamento de Desenvolvimento Social, Secretaria de Saúde e
Desenvolvimento Social, Prefeitura Municipal de Florianópolis. *Prevenindo e*
Combatendo a Violência contra a Criança e o Adolescente: uma parceria do Programa
S.O.S Criança e a Comunidade. Florianópolis, 1995.

ORLANDI, Orlando. *Teoria e Prática do Amor a Criança. Introdução a Pediatria Social no*
Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

OSTETTO, Luciana C. *Imagens da Infância no Brasil, Crianças Infantes no Rio de Janeiro:*

Imperial. São Carlos - SP: UFSCAR, 1992. Dissertação de Mestrado

STEINER, M^ª Helena Figueiredo(Org.). *Quando a Criança Não Tem Vez: Violência e*

Desamor. São Paulo: Pioneira, 1986.

ANEXOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIVISÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
S.O.S. CRIANÇA

Florianópolis, 06 de fevereiro de 1996.

Prezado(a) colega,

Vimos pedir sua colaboração através do preenchimento do questionário anexo, a fim de que nós do Programa S.O.S. Criança possamos obter maiores informações para implantação de um Projeto de Prevenção à Violência Doméstica Contra Criança-Adolescente no município de Florianópolis.

O presente questionário faz parte do Projeto de Pesquisa da estagiária de Serviço Social, CELITA ZANDONADI, que estará a sua disposição para esclarecimentos que se fizerem necessários, pelo telefone 1407 do Programa S.O.S. Criança.

Solicitamos, se possível, que o questionário seja entregue à coordenação de seu CEC até o dia/...../ 96 do corrente.

Desde já agradecemos sua colaboração na luta pela garantia dos direitos fundamentais da Criança e do Adolescente.

Atenciosamente,

LILIAN KELI RECH
Chefe da Divisão da Criança e do Adolescente

CELITA ZANDONADI
Estagiária de Serviço Social do Programa S.O.S. Criança

6- Quais as razões, na sua opinião que podem levar uma pessoa a praticar a Violência Doméstica contra crianças e adolescentes:

- Pobreza
- Alcoolismo
- Drogas
- Cultura
- Loucura
- Maldade
- Outros.

Quais?.....
.....
.....

7- Qual a sua atitude perante uma criança ou adolescente que você suspeita ou sabe que está sendo vítima de Violência Doméstica?

- Registra queixa na policia
- Notifica aos órgão de proteção a criança-adolescente
- Conversa com o agressor
- Consola criança-adolescente
- Não faz nada, porque acha que esse é um problema da família
- Outras

Quais?.....
.....
.....

8- Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente?

- Sim
- Não
- Já ouviu falar, mas nunca leu.

Gostaria de fazer algum comentário sobre o E.C.A.?

.....
.....
.....
.....
.....

9- Você conhece o S.O.S. Criança?

- Sim
- Não

Que tipo de serviços o S.O.S. criança presta?

.....
.....
.....
.....
.....

10- Para você, o que é Violência Doméstica?

R:.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

11- Você tem alguma sugestão de como prevenir a Violência Doméstica contra criança-adolescente?

R:.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

12- Na sua opinião, quais são os tipos de Violência Doméstica praticados contra criança-adolescente?

R:.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

13- Desses tipos de Violência Doméstica, qual o que você mais observa em seu trabalho?

R:.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

14- Na sua opinião, quais as conseqüências psicológicas para uma criança-adolescente vítima de Violência Doméstica?

R:.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

15- Que trabalhos você pensa que os CEC's podem realizar com os pais para evitar a Violência Doméstica doméstica?

R:.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DSS

*"A violência Contra Crianças e Adolescentes: Do Saber à
Intervenção das Equipes de Saúde das Unidades Sanitárias de
Florianópolis Frente ao Fenômeno"*

Celita Zandonadi*

SUMÁRIO

PROBLEMA	03
I - JUSTIFICATIVA	04
II - OBJETIVOS	05
III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	06
3.1. FATORES LIGADOS A QUESTÃO DA FAMÍLIA	07
3.2. FATORES LIGADOS A QUESTÃO FAMÍLIA	08
3.3. FATORES LIGADOS A QUESTÃO DA VIOLENCIA	08
IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	12
V - CRONOGRAMA	13
VI - RECURSOS	14
BIBLIOGRAFIA	15

PROBLEMA

O "Saber" que a Equipe de Saúde das Unidades Sanitárias do município de Florianópolis detem sobre Violência Contra Criança e Adolescente, com vistas a desencadear trabalho preventivo pela Equipe do Programa S.O.S Criança.

I - JUSTIFICATIVA

O presente projeto pretende fornecer subsídios à ação que o Programa S.O.S Criança vem desenvolvendo desde setembro do corrente, no sentido de prevenir e combater a violência contra criança e adolescente através de uma parceria com os mais diversos segmentos da comunidade.

A violência contra crianças e adolescentes é um dos mais graves fenômenos que mobiliza os serviços públicos na atualidade e, embora os serviços especiais de proteção à infância e adolescência atuem no sentido de resguardar os direitos fundamentais, inerentes à pessoa humana em situação peculiar de desenvolvimento, não conseguem, muitas vezes, intervir a tempo de salvaguardar a qualidade de vida das vítimas.

Em função da realidade constatada, o Programa S.O.S Criança vem buscando, através de seu projeto de combate e prevenção, capacitar pessoas na identificação das vítimas da violência e orientar quanto à necessidade/obrigatoriedade da notificação.

Conhecendo o que a equipe da área da saúde sabe a respeito da questão da violência, e quais encaminhamentos vem sendo adotados pelos mesmos, o Programa S.O.S Criança poderá intervir de maneira mais eficiente, otimizando seus objetivos de combate e prevenção à violência contra crianças e adolescentes.

II - OBJETIVOS

- = Desencadear a ação preventiva de proteção a criança e ao adolescente contra violência, através de equipe do Programa S.O.S Criança;
- = Identificar a existência (ou não) de diferenças no conhecimento entre profissionais de nível médio e superior da equipe de saúde das unidades sanitárias;
- = Verificar se o treinamento das equipes de saúde das unidades sanitárias inclui informações sobre violência contra Crianças e Adolescentes;
- = Detectar a incidência de caso de violência contra Crianças e Adolescentes atendidos pela equipe de saúde das unidades sanitárias, e qual o tipo predominante;
- = Estabelecer tabela comparativa entre locais da denúncia e comunidades (unidades de saúde) que participaram do Projeto preventivo no primeiro trimestre de 1996.

III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No transcurso dos séculos as considerações acerca da infância sofreram substanciais modificações. Entretanto, esta mesma infância se reveste de alguns significados que permaneceram imutáveis através dos tempos. Um destes diz respeito à continuidade física. Ao sobreviver a seus pais, a criança assegura a sobrevivência biológica da raça humana. Outro significado importante da criança é o seu valor econômico enquanto propriedade legal, de herança que se referem às crianças, refletindo, de certa forma, a preocupação de diferentes sociedades em a inversão representada pelos cuidados e educação de uma criança. *(Guerra, 1975)*

Por outro lado, as crianças estiveram em muitos períodos da história sujeitos desde tenra idade a todos os castigos e sanções destinadas a adultos, incluindo-se a pena capital.

A história da criança tem sido também a história de um mundo de violência perpetrada contra ela na forma de escravidão, abandono, mutilações, feticídio e espancamentos.

Embora se saiba que a violência contra a criança e adolescente tenha explicações científicas que procuram correlacioná-la com o contexto sócio-econômico-político-cultural em que ela se deu (ou se dá), então, o nosso objetivo é conceituar violência nas suas diversas implicações, ou seja, em fatores ligados a questão da violência.

Estes fatores servirão de exemplos para mostrar que a *violência contra criança e adolescente* é um fenômeno presente na raça humana. O que entendemos por violência contra crianças e adolescentes? *Violência é todo ato ou omissão praticado por pais, parentes, responsáveis ou terceiros contra crianças e/ou adolescentes, que venha a causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima. A violência implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes tem de serem tratados como sujeitos ou pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.* *(Café e Guerra, 1995)*

A violência praticada contra crianças e adolescentes é hoje no Brasil, um dos mais graves fenômenos que mobiliza os serviços públicos. As estatísticas são alarmantes. No Brasil, segundo dados do IBGE (1990), estima-se que uma entre cinco meninas e um entre dez meninos, são vítimas de violência doméstica. Mais de 457 crianças/adolescentes são exterminadas anualmente.

infelizmente sabe-se todos os dias, crianças e adolescentes, vítimas das mais diversas formas de violência, dão entrada em serviços públicos de saúde e muitas vezes o real motivo de sua enfermidade não é identificado. Em outros casos há identificação, porém os serviços de proteção à crianças e adolescentes não são notificados. As vítimas acabam voltando para casa onde continuarão a sofrer com a violência praticada por seus pais. Por esse motivo e dada a necessidade e a gravidade da questão, todo profissional ligado à saúde materno-infantil, saúde da mulher e do adolescente, deveria ter acesso a conhecimentos sobre o fenômeno da violência doméstica praticada contra crianças e adolescentes, a começar nos cursos universitários de formação profissional. Além disso, tendo em vista a proporção que tomou esse problema no Brasil, é inaceitável que qualquer profissional, seja ele da área da saúde, psicologia, pedagogia, educação, direito, que se proponha a fazer um trabalho voltado à infância e adolescência, desconheça as questões relacionadas às práticas abusiva e não tenha consciência de seu papel na atuação frente a esse fenômeno. É papel de cada profissional discutir a questão da violência em seus conselhos profissionais e estudar as alterações nos seus códigos de ética que possam garantir a efetiva proteção à infância e adolescência e possibilitar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, no que diz respeito à obrigatoriedade da notificação (artigos 13 e 245).

O fato é que a violência invadiu de tal maneira os serviços que é urgente discuti-la, sobretudo acerca dos possíveis caminhos de prevenção, isso porque as atividades puramente de intervenção muitas vezes não conseguem salvaguardar a qualidade de vida das vítimas. Portanto é de fundamental importância intervir antes que uma família venha a ser abusiva. Para tanto faz-se necessário primeiramente atuar, sobre os fatores predisponentes da violência doméstica que serão analisados a seguir.

3.1. FATORES LIGADOS À QUESTÃO DA INFÂNCIA

No Brasil, assim como também em outras culturas, a infância é considerada um segmento menorizado da população, valorizado no discurso mas desvalorizado na prática. A criança e o adolescente tem uma "cidadania de papel", nas palavras de Gilberto Dimenstein. Este fato se reflete não somente nas precárias políticas de atendimento à criança, mas também nos lares, nas escolas, nos hospitais, ou seja, no cotidiano das relações adulto-criança. A evidência deste fato pode ser vista quando um pai ou uma mãe aplica um tapa numa criança por ela ter mexido onde não deveria (será que um adulto receberia o mesmo tratamento?); quando na escola um professor ridiculariza uma criança na frente das demais por não ter atingido o desempenho esperado ou até por ter piolho; nos hospitais quando crianças são submetidas a uma série de procedimentos muitas vezes dolorosos, sem nenhum tipo de preparação, sem

que nada lhes seja explicado, sendo-lhes roubado o direito de saber o que se passa.

Dessa forma o desafio que se coloca para os profissionais é construir a "cultura da infância", em que a criança seja realmente um valor, utilizando as palavras de Moro: "trata-se de reconhecê-la tanto como protagonista, na mesma qualidade de todos os outros atores que estão ao seu lado, da construção de uma vida coletiva nova e diferente, dentro da qual os valores de que as crianças são portadoras estejam também presentes, tenham também importância. Trata-se também, de dar um novo sentido à relação adulto-criança, reconhecendo uma ação (e não somente uma relação) da criança e estabelecendo benefícios significativos que só podem nascer do reencontro acontecido entre duas "autoridades, mesmo que elas sejam diferentes, mesmo que elas não estejam no mesmo plano".

3.2. FATORES LIGADOS A QUESTÃO FAMÍLIA

A violência doméstica contra crianças e adolescentes se dá em famílias no qual o padrão de relacionamento interpessoal é abusivo, seja por condições pessoais dos sujeitos ou por atuação de fatores estressantes e/ou principiastes no contexto de precárias condições econômicas e sociais.

Numa sociedade em que as relações são permeadas pela noção de poder e em que esse mesmo poder se distribui desigualmente, onde a opressão dos mais fracos é a regra social, não se torna difícil compreender a ocorrência de violência de adultos contra crianças.

O desafio que nos é lançado é a constituição de um novo modelo de família no qual a autocracia do "pai patrão", o poder desigualmente distribuído, seja substituído por uma democracia familiar, na qual a educação seja compreendida como um ato comum a pais e filhos, em que a criança não seja jamais objeto de uma ação, mas dela participe totalmente. Além disso, famílias nas quais um planejamento familiar adequado seja a melhor prevenção para a gravidez indesejada, a geração de filhos mal-amados e a maior garantia de ter apenas os filhos que se pode e se quer. Criar a consciência nas pessoas de que a maternidade/paternidade não é um destino inevitável, mas sim uma escolha possível e nem sempre a melhor para cada casal.

3.3. FATORES LIGADOS A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

Vivemos numa sociedade que costuma recorrer à violência como forma de solucionar conflitos. Os próprios "agentes de segurança" muitas vezes usam de violência em nome de uma "ordem social", como nos vem mostrando diariamente os meios de comunicação.

Para combater essa "cultura da violência" lança-se o desafio de rejeitar radicalmente a adesão a violência, que como forma de solucionar conflitos, quer como recurso educativo. É preciso ser radicalmente contra o uso de castigos físicos na educação infantil, sejam esses moderados ou imoderados, por que independente da intensidade do bater, o ato continua sendo o mesmo: um ato de violência, e o que é pior, contra um ser desprotegido.

Todos aqueles que são realmente comprometidos na prevenção da violência contra crianças e adolescentes devem ser contrários às várias formas de disciplinamento infantil violento: a pedagogia do chinelo, do psicopata, da palmatória, etc. Devem, ao contrário, propor outras formas de pensar a educação, de estabelecer limites, sem usar violência.

Através de uma proposta de prevenção à violência contra crianças e adolescentes deve primeiramente considerar esses fatores e trabalhá-los junto à equipe. Cada profissional deve ser levado a pensar qual a sua concepção de criança, o que deseja para a criança, qual a sua concepção de educação, que modelo de família querem defender, como pensam a questão da disciplina infantil. Caso esses fatores não sejam devidamente trabalhados, a tendência é que cada profissional faça a sua prática de acordo com suas próprias convicções pessoais, as quais geralmente vem carregadas de conceitos arraigados culturalmente.: "É de pequenino que se torce o pepino". Se consideramos que muitos destes profissionais foram eles mesmos crianças vitimizadas, os riscos são ainda maiores. Um programa de prevenção à violência contra crianças e adolescentes deve ainda contemplar a identificação de crianças e adolescentes de alto risco, ou seja, aquelas que sofrem violência de suas famílias, bem como a identificação das gestantes de alto risco propensas a cometer os mesmos erros contra seus filhos.

As crianças freqüentemente apontadas na literatura como vítimas de agressão são as prematuras, as portadores de deficiência mental, as indesejadas, as com más formações congênitas, ou as com problemas na conduta, como as hiperativas.

Ao nascimento de um bebê de alto risco, os profissionais podem incluir, no conjunto de suas atividades a orientação familiar bem como encaminhamento a profissionais ou instituições que possam atender as necessidades de atenção especial.

O atendimento pré-natal tem sido apontado como um momento privilegiado para a prevenção da violência. durante esse atendimento pode-se fazer a identificação das gestantes de alto risco para posteriormente trabalhar a experiência destas mulheres enquanto crianças vitimizadas, discutir como se apresenta cada tipo de abuso, suas conseqüências, como evitar a prática abusiva bem como outras propostas de educação.

Deve-se ficar atento as gestantes que enfatizam demasiadamente as possibilidades de deformidades fetais, as que sofrem de problemas psicossomáticos, as que manifestam o desejo de doar o filho e depois mudam de idéia, as que salientam que a gravidez é indesejada, as que foram recentemente abandonadas pelo companheiro, as que se mostram apáticas diante da gravidez, as que já tem história de abuso de outro filho ou que relatam terem sido vítimas de violência quando pequenas, as que já "socaram" a barriga, já tentaram aborto ou são usuárias de drogas. Gestantes de alto risco devem receber da equipe de saúde, além das informações usuais, informações quanto à educação de crianças. Profissionais da área de psicologia devem integrar as equipes de saúde e a ausência destes profissionais nestes serviços denota o quanto a saúde mental vem sendo negligenciada pelas políticas públicas.

Consideramos que todo posicional comprometido com a mudança e melhoria da qualidade de vida da população não pode ficar indiferente frente a violência que silencia milhares de crianças e adolescentes no país.

A partir de dados evidentes, somente na década de 80 fomentava discussões em nível governamental e não governamental, frente a problemática da violência contra crianças e adolescentes. A sociedade civil e o Estado brasileiro foram pressionados a tomar medidas de contenção destes crimes bárbaros.

Desta forma, em 05 de outubro de 1988, o Brasil incorporou em sua Carta Magna os elementos essenciais da Convenção. A síntese de todo o esforço realizado encontra-se condensada no caput do artigo 227 da Constituição Federal: "é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar à criança a adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária; além de colocá-los salvo de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Para dar vida a essas palavras, o Congresso Nacional, aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que sancionado pelo Presidente da República tomou-se Lei 8069 de 13 de julho de 1990.

A Nova Doutrina preconiza que a ordem jurídica deve dispor de normas capazes de assegurar com absoluta prioridade todos os direitos da criança e do adolescente, proporcionando-lhe proteção integral.

Aliado as conquistas de ordem legal, a temática da infância e Adolescência maltratada tem sensibilizado profissionais de áreas afins, que vem contribuindo sobremaneira para que este panorama seja transformado.

Uma destas alternativas foi a criação do Programa S.O.S Criança do Município de Florianópolis, é uma instituição governamental, situada no Bairro da Agrônômica, Rua Rui Barbosa, nº 677.

Em maio de 1991 foi concebido o Programa S.O.S Criança, articulado à Diretoria da Justiça da secretaria da Justiça e Administração, gerência de apoio a programas de proteção à criança e adolescente e Fundação Vida.

A partir de 1993 passou a ser operacionalizado pela PMF, AFLOV, em convênio com a Secretaria de Estado da Justiça e Administração, pertencendo a partir desta data ao município de Florianópolis.

O Programa S.O.S Criança é um programa de proteção especial que atende denúncias de crianças e adolescentes vítimas de violência. Visa garantir a integridade física, psicológica e moral da criança e adolescente na faixa de 0 a 18 anos, que se encontra sob ameaça de transgressões no que diz respeito à vida, à liberdade e à dignidade inerentes a sua condição de pessoa e cidadão, bem como, prestar orientação à população em geral acerca de políticas sociais básicas, assistenciais e de proteção especial voltada para crianças e adolescentes.

IV - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Oprimos em operacionalizar a pesquisa Descritiva que segundo Gil (1994) "tem por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças", através de questionário semi-estruturado, a ser aplicado às equipes de saúde das unidades sanitárias do município de Florianópolis.

Para que se obtenha fidedignidade na pesquisa utiliza-se uma amostra de 35% das unidades sanitárias do município de Florianópolis, ou seja, 15 postos.

Os questionários serão aplicados com uma semana de antecedência dos encontros articulados pelo Programa S.O.S Criança junto às unidades sanitárias.

Este procedimento visa a investigação junto aos profissionais, do saber que estes possuem anteriormente à participação no Projeto de Combate e Prevenção à Violência.

A observação dos encontros também serão registradas para serem analisadas contextualmente. As interferências (questionamento, colocações) e a própria avaliação escrita dos encontros (realizado pelos participantes), constarão como importantes subsídios para o estudo proposto.

Após a compilação das fontes referidas, faremos uma revisão bibliográfica.

Concomitantemente, faremos uma comparação dos locais de denúncia recebidas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1996, com os locais onde o Projeto preventivo teve atuação, a fim de verificar o engajamento dos profissionais.

O relatório final subsidiará o projeto preventivo da instituição, com vistas e sua aprimoração.

VI - RECURSOS

HUMANOS	FÍSICOS	FINANCEIROS
02 Psicólogos/as	Máquina Fotográfica	Os gastos oriundos serão financiados pela PMF (Combustível, Salários, Materiais
01 Técnico Nível Superior (Remunerados pelos parceiros do Programa (AFLOV, PMF, Secretaria da Família)	Filmes sobre Violência	
	Espaço físico	
	Retroprojeter	
	Folhas e Transparências	
01 Motorista	Computador	
	Canetas Hidrocor	

BIBLIOGRAFIA

- DESLANDES, Suely F. *Prevenir a Violência: Um Desafio para o Profissional da Saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz/Ensp, Claves-Jorge Caceli, 1994.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 4ª edição. São Paulo/SP, Atlas, 1994.
- GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Org.). *Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder*. Iglu., SP, 1989.
-
- _____. *A Violência Doméstica na Infância e na Adolescência*. São Paulo, Robe Editorial, 1995.
-
- _____. *Violência de Pais Contra Filhos: Procura-se Vítimas*. São Paulo, Cortez, 1985
-
- _____. *Infância e Violência Doméstica: fronteiras do Conhecimento*. Editora Cortez, SP, 1993.
- Ministério da Saúde. Ministério da Criança. *Projeto Minha Gente/Estatuto da Criança e do Adolescente*. Ministério da Saúde. Ministério da Criança - Projeto Minha Gente. Brasília, 1991.
- ORLANDO, Orlandi V. *Teoria e Prática do Amor à Criança: Introdução à Pediatria Social no Brasil*. RJ, Zahar editores, 1985.
- PEREIRA, Teodora Aparecida. *O Averso da Família: O Maltrato na Infância e Adolescência, Analisado pelo Serviço Social no S.O.S Criança de Florianópolis*. UFSC, Florianópolis, 1993. Trabalho de Conclusão de Curso.
- SANTOS, Hélio de Oliveira. *Crianças Esquecidas*. Campinas, SP, Pontes, 1995.
- STEINER, M. H. Figueiredo. *Quando a Criança Não Tem Vez: Violência e Desamor*. São Paulo, Pioneira, 1986.